



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO - UNICAP
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA - PRAC
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIAS DA RELIGIÃO
CURSO DE MESTRADO**

JACQUELANE BEZERRA DOS SANTOS

**O DISCURSO VELADO E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO SOBRE RELIGIÃO
E SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA: A IMPORTÂNCIA DOS NÚCLEOS
DE ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS ESCOLAS DE
REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO NO RECIFE.**

RECIFE, 2017



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO - UNICAP
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA - PRAC
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIAS DA RELIGIÃO
CURSO DE MESTRADO**

JACQUELANE BEZERRA DOS SANTOS

**O DISCURSO VELADO E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO SOBRE RELIGIÃO
E SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA: A IMPORTÂNCIA DOS NÚCLEOS
DE ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS ESCOLAS DE
REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO NO RECIFE.**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião, pela Universidade Católica de Pernambuco, sob a orientação do Professor Dr. José Tadeu Batista de Souza.

RECIFE, 2017



Universidade Católica de Pernambuco
Pró-Reitoria Acadêmica – PRAC
Coordenação de Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião

Jacqueline Bezerra dos Santos

**O DISCURSO VELADO E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO SOBRE
RELIGIÃO E SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA: A IMPORTÂNCIA DOS
NÚCLEOS DE ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS ESCOLAS DE
REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO NO RECIFE.**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Aprovada pela Banca Examinadora abaixo assinada.

Prof. Dr. José Tadeu Batista de Souza - UNICAP

3º Examinador (Orientador)

Prof. Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral - UNICAP

1º Examinador interno

Prof. Dr^a. Lilian Conceição da Silva Pessoa de Lira – UFRPE/FUNDAJ

2º Examinadora externa

Recife, 03 de maio de 2017

S237d

Santos, Jacquellane Bezerra dos

O discurso velado e a liberdade de expressão sobre religião e sexualidade na adolescência : a importância dos núcleos de estudos de gênero e sexualidade nas escolas de referência em ensino médio no Recife / Jacquellane Bezerra dos Santos ; orientador José Tadeu Batista de Souza, 2017.
100 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria Acadêmica. Coordenação Geral de Pós-graduação. Mestrado em Ciências da Religião, 2017.

1. Religiões. 2. Sexo. 3. Adolescência. 4. Moral cristã. 4. Leigos (Religião).
I. Título.

CDU 241

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação
Ao meu avô Manoel (in memorian)
À minha avó Maria José
À minha neta Maria Júlia.

AGRADECIMENTOS

O caminho foi tortuoso, mas muito compensador. E essa compensação deve-se principalmente às pessoas que fizeram parte desse caminho. Escrever não é uma tarefa fácil, principalmente diante de tantas limitações e obstáculos surgidos ao longo do curso. Meus mais sinceros agradecimentos:

Ao Autor da minha fé, pois sem Ele nada seria possível, tudo que tenho e sou advém de Sua graça e misericórdia.

Aos meus pais, que sempre contribuíram para minha formação e foram imprescindíveis para a conclusão de mais essa etapa.

Aos meus professores do curso de mestrado, que em muito contribuíram para a realização desta obra.

Ao professor Gilbraz, que, através de suas indicações, formei a base teórica para esta dissertação.

Ao professor e amigo Drance, todo meu carinho, pois de forma muito terna incentivava metodologicamente essa obra.

Ao professor Newton, agradeço por toda compreensão a mim prestada durante o curso.

À Dr.^a Lilian Lira, agradeço por me servir de exemplo e inspiração, além de me honrar com sua presença em minha banca examinadora.

Aos meus colegas da turma 11, em especial à Cristina, Crisóstomo e Jussara, pessoas maravilhosas, que tenho um carinho para uma vida toda.

À minha querida Evanice, pelas palavras de fé e incentivo.

À Neuza Pontes, que inicialmente me ajudou no começo deste curso.

Às minhas colegas de trabalho do Programa Mãe Coruja, que foram muito compreensivas nos momentos finais do curso.

À minha amiga Suzane França, por oportunizar o ambiente saudável para que eu pudesse concluir mais essa etapa.

À Paulinha Lapenda, minha fiel corretora. Obrigada pelas madrugadas corrigindo textos comigo. Obrigada pela pressão amiga. Esse trabalho também é seu.

Aos meus familiares, que são minha base de vida.

Aos meus filhos, que nesse período e em toda minha vida são meus apanizes e minha maior inspiração.

Ao meu tio Marcílio, que sempre me incentivou e contribuiu para minha formação e caráter.

Ao meu orientador José Tadeu, que, com toda sua paciência de filósofo, soube entender meu tempo e não desistir da causa. Obrigada pela empatia, profissionalismo e humanidade.

Ao meu marido, meu querido Ivanaldo. Se houve início, meio e fim, foi porque você estava ao meu lado, me dando equilíbrio, carinho e muito amor. Com a paciência de um monge, transmitiu-me toda a paz que eu necessitava para o momento e continuarei a necessitá-la por toda a vida.

A todos e todas que direta ou indiretamente fazem parte desta obra e da minha vida.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEC	Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
Art.	Artigo
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNDH	Conferência Nacional dos Direitos Humanos
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
DF	Distrito Federal
DST's	Doenças sexualmente transmissíveis
EREMs	Escolas de Referência em Ensino Médio de Pernambuco
Interditus	Grupo de Estudos Cemiteriais de Santa Catarina
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NEGS	Núcleos de Estudos de Gênero e Sexualidade
ONU	Organização das Nações Unidas
PE	Pernambuco
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNE	Plano Nacional de Educação
PP	Partido Progressista
RJ	Rio de Janeiro
RMR	Região Metropolitana do Recife
SecMulher	Secretaria da Mulher
Seduc	Secretaria Estadual de Educação
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Evolução das taxas de homicídio de mulheres (por 100 mil). Brasil. 1980/2013	59
Quadro 02 – Escolas Estaduais da RMR, que possuem os núcleos.....	64
Quadro 03 – Núcleo da EREM Sizenando Silveira	71
Quadro 04 – Núcleo 01 da EREM GP (Aurora)	77
Quadro 05 – Núcleo 02 da EREM GP (Aurora)	79
Quadro 06 – Todos os Núcleos Pesquisados	83

EPÍGRAFE

“Deus é leve e ri”.

* * *

“Enquanto a sociedade feliz não
chega, que haja pelo menos
fragmentos de futuro em que a
alegria é servida como
sacramento, para que as crianças
aprendam que o mundo pode ser
diferente. Que a escola, ela
mesma, seja um fragmento do futuro...”

Rubem Alves

RESUMO

Esta pesquisa possui o intuito de analisar vários estudos no campo de gênero e sexualidade na instância reguladora do universo religioso, buscando entender a renovação do discurso religioso sobre o gênero e a sexualidade, bem como as novas formas de regular a religiosidade sobre a sexualidade. Tomou como referência estudantes participantes dos três Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher em duas Escolas de Referência da Rede Pública Estadual de Pernambuco, localizadas na Região central da cidade do Recife. O estudo buscou compreender o espaço público e sua laicidade, tal como a posição escolar diante da diversidade discente, quanto ao respeito, à tolerância e à liberdade de expressão. A apreciação dos dados coletados foi realizada através de análise do discurso e interpretação etnográfica.

Palavras-chave: Religiões. Sexualidades. Adolescência. Laicidade.

ABSTRACT

This research aimed to analyze several studies in the field of gender and sexuality in the regulatory body of the religious universe, seeking to understand the renewal of religious discourse on gender and sexuality, as well as new ways of regulating religiosity about sexuality. It took as reference students from the three Centers for Gender Studies and Confrontation of Violence against Women, in two Reference Schools of the State Public Schools of Pernambuco, located in the central region of the city of Recife. The study sought to understand the public space and its secularity, as well as the school position in front of the student diversity, respect, tolerance and freedom of expression. The assessment of the collected data was performed through discourse analysis and ethnographic interpretation.

Keywords: Religions. Sexuality. Adolescence. Secularism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 RELIGIÃO E POLÍTICA.....	15
1.1 Laicidade e liberdades.....	15
1.2 Religião e sua influência na estrutura política.....	21
1.3 Religião entre outras instituições.....	25
1.4 Grupos religiosos e educação.....	31
2 SEXUALIDADE E RELIGIÃO	35
2.1 O poder e o controle sexual na História das religiões	35
2.2 A moral cristã e a sexualidade na família	42
2.3 Sexo, Corpo e poder	48
2.4. Santo desejo desviante.....	50
3. ANÁLISE E METODOLOGIA ENTRE OS NÚCLEOS DE ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO DE PERNAMBUCO.....	55
3.1 O corte da pesquisa	55
3.2 Amostragem e Metodologia	56
3.3 SecMulher, EREM's e núcleos de estudos: práticas e pretensões para uma sociedade de paz.....	57
3.4 EREM SS	71
3.5 EREM GP (Aurora)	77
3.6 Alteridade, educação e sexualidade	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	92
ANEXOS	98

INTRODUÇÃO

O trabalho descreve o processo de modificação do comportamento sexual do adolescente frente à influência da sua pertença religiosa e da laicidade institucional nos Núcleos de Estudos de Gênero e Sexualidade (NEGS) nas Escolas de Referência em Ensino Médio de Pernambuco (EREMs).

O tema desta dissertação surgiu a partir de algumas observações feitas em nosso trabalho docente. Diante do obstáculo na abordagem de temas ligados a sexualidade por motivos religiosos, o que denota a falta de neutralidade a que se propõe um Estado laico, e com isso o comprometimento com a laicidade nas Instituições públicas de ensino, tornando-as ambientes excludentes e não agregadores das diversidades.

Com o objetivo de apresentar a oposição que se estabelece entre a liberdade de credo, a sexualidade de adolescente e o papel da escola no combate ao preconceito religioso, a pesquisa buscou uma abordagem qualitativa, através da observação de grupos focais realizada com estudantes pertencentes aos núcleos de estudos de gênero e sexualidade em duas Escolas de Referência da Rede Pública Estadual da região norte da cidade do Recife. Para Malhotra (2006, p.156), a pesquisa qualitativa “é uma metodologia de pesquisa não-estruturada e exploratória baseada em pequenas amostras que proporciona percepções e compreensão do contexto do problema”.

Esses núcleos são implantados em parceria da Secretaria da Mulher (SecMulher) com a Secretaria Estadual de Educação (Seduc). A necessidade de implantação destes se deu devido ao elevado índice de violência ligado à identidade de gênero e sexualidade do indivíduo.

O trabalho com grupos focais é uma metodologia muito empregada e eficaz nos trabalhos de abordagens qualitativas em pesquisas sociais. Essa técnica exploratória visa investigar a vivência de determinados grupos, produzindo dados através de indivíduos em interação que dificilmente seriam adquiridos fora dos grupos, ou seja, de forma isolada.

O trabalho com grupos é tradicionalmente empregado na sociologia e na psicologia social, pois é de total relevância para obter uma grande diversidade de experiências, expressões e sentimentos diante da organização de pequenos grupos. Com isso, tratamos de um campo interdisciplinar de pesquisa que possui contextos sociais e individuais com grande variedade de contribuições teóricas e interpretativas.

As diversas áreas epistemológicas de conhecimento, como a ciência da religião, a sociologia e a psicologia social, enriqueceram a investigação diante do objeto de estudo. Para um trabalho com grupos focais, recorreremos às técnicas e metodologias elaboradas por Merton (1979), Malhotra (2006), Flick (2004), Gil (1999), entre outros estudiosos.

No primeiro capítulo, intitulado “Religião e Política”, abordamos o processo de laicização no Brasil, o início da secularidade e o conflito vivido pelos acatólicos no período anterior à República, a laicidade e a liberdade nos ambientes públicos no Brasil, além do preconceito velado e naturalizado nos espaços públicos. Tratamos também sobre a influência religiosa na estrutura política brasileira e a luta e tensões das minorias religiosas por políticas públicas não excludentes.

Foram analisados os textos que regem sobre o Estado laico e a liberdade religiosa no Brasil, através da Constituição Imperial de 1824, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891, a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934 e 1937, a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1967/69 e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Foram averiguados especificamente textos relevantes à discussão em seus decretos, artigos e preâmbulos.

No segundo capítulo, cujo título é “Sexualidade e Religião”, tratamos da manutenção do poder através da religião e do controle do sexo. Fizemos um apanhado histórico sobre a sexualidade e o olhar religioso sobre o sexo, o discurso de poder, o sagrado e o pecado. Para estas abordagens históricas, recorreremos às obras de Foucault, Endsjo, Nietzsche, Bauman, Saffioti, entre outros que abordaram essa temática.

No terceiro e último capítulo, a que demos o título “Análise e Metodologia entre os Núcleos de Estudos de Gênero e Sexualidade nas Escolas de Referência em Ensino Médio de Pernambuco”, versamos sobre a realidade contida no universo escolar diante dos núcleos de estudos de gênero e sexualidade. A inquietude vivida através do trabalho docente nos permitiu visualizar particularidades comportamentais desses estudantes e da estrutura educacional que os abriga, sendo os conflitos investigados, catalogados e registrados. Essa parte da pesquisa traz a coleta e análise dos dados, suas delimitações e resultados obtidos principalmente pelas respostas dos estudantes em entrevistas não estruturadas e análise comportamental com o estudo etnográfico vivenciado nestes núcleos.

O campo pesquisado foi composto por 26 estudantes das Escolas de Referência do Estado de Pernambuco (divididos em três grupos focais), duas professoras responsáveis pelos núcleos de estudos de gênero e sexualidade e três representantes da Secretaria da Mulher.

Entre erros e acertos, este trabalho foi conduzido com o intuito de contribuir para uma melhor compreensão do universo conflitante de adolescente frente aos tabus religiosos, sexuais e sociais, como também aprimorar o *modus operandi* dos Núcleos de Estudos de Gênero e Sexualidade e fazer valer a laicidade das instituições educacionais públicas, promovendo atitudes combativas à intolerância em todas as suas formas e direcionamentos.

1 RELIGIÃO E POLÍTICA

1.1 Laicidade e liberdades

O discurso sobre a laicidade nos espaços públicos brasileiros é antigo, quase tão antigo quanto suas próprias diretrizes legais. Esta discussão não seria diferente nas escolas, embora essa devesse incentivar a neutralidade e a liberdade religiosa, sendo essa um espaço de diversidade, aprendizado e respeito. Mas, a partir da observação entre grupos focais, percebemos que ainda há um longo caminho a trilhar. Na prática, notamos muitos entraves entre liberdade de consciência e liberdade de crença.

Esse impasse de liberdades se constitui em uma estrutura conflitante entre indivíduos e grupos sobre a ótica religiosa em ambientes públicos, ambientes que presumimos possuir uma postura democrática, pautada na Constituição Federal, que assim afirma:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público. (Brasil, 1988).

Mas, ao vislumbrar a nossa própria Constituição, que é nosso marco legal, deparamo-nos com algo intransigente ao sentido real da “laicidade”, que, de forma direta, é qualidade de algo ou alguém que é laico, uma doutrina ou um sistema político que defende a exclusão de influência religiosa¹. Todavia, a lei traz, em seu corpo, a própria proteção do “Deus Cristão”, o que acentua a não neutralidade e a falta de clareza quanto a uma postura política democrática. Se há uma referência

¹ Dicionário Informal

textual de sentido dúbio na própria Constituição, a sua aplicabilidade diária como forma de lei, certamente, será ainda mais complexa e passível de inúmeras interpretações.

Podemos dizer que essa ambiguidade legal, de certa forma, reforça preconceitos e dá legitimidade para um ambiente público excludente, em favorecimento a algumas pertenças religiosas e a não contemplação das demais com pouca representatividade. Tal fator ocorre principalmente se essas religiões já sofrem um histórico de superstições, sendo marginalizadas e inferiorizadas, o que pode ser percebido em relação às religiões de matrizes africanas.

Criamos formas de convívio a partir de uma necessidade de sobrevivência. O ser humano passa a viver em grupos sociais, havendo, com isso, a necessidade de criar normas para esta convivência. A escola é, em sua essência, um local de aprendizado, de socialização, de pluralidades. É no interior do ambiente educacional que devemos combater o proselitismo, defendendo um ambiente de debates, ampliando a visão de mundo, pois se trata de um espaço de construção do saber, principalmente, por se tratar de um público em formação, que é o caso de adolescente.

Faz-se necessário o esclarecimento, como também o rompimento com alguns tabus e medos, por exemplo: o pecado da carne, o estigma da virgindade, a condenação ao inferno. Pensamentos que ainda se perpetuam e são assim multiplicados, muitas vezes por uma falta de esclarecimento ou de uma padronização de pensamento e conduta, refletida no discurso cauteloso e muitas vezes hipócrita contido em algumas temáticas no ambiente escolar.

A pertença religiosa de alguns educandos e educandas nem sempre é representada no ambiente escolar, e muitas vezes pode até ser inibida. Esse fato pode tomar proporções externas que dificultam o convívio social. É necessário um ambiente escolar verdadeiramente laico, pois é na laicidade que podemos garantir, ou ao menos tentar, o contato e o conhecimento com as diversas religiões. “Politicamente, ela emerge das guerras religiosas e da necessidade de encontrar um modo de convívio possível e pacífico descartando as alternativas da

opressão de minorias religiosas e da eliminação da diversidade religiosa”. (CANOTILHO, 2003, p. 383).

A liberdade e a representatividade religiosa são elementos necessários para a construção de uma sociedade saudável. Há legalidade na laicidade e com ela uma reafirmação de direitos que perpassa preceitos puramente teológicos. Ela é, portanto, condizente com as garantias individuais e coletivas do cidadão e cidadãs, devendo ser combatido o fundamentalismo religioso, em todo e qualquer ambiente. Porém, quando tratamos de ambientes escolares e públicos, esse comportamento deve não apenas ser combatido, mas também repudiado.

O exercício da liberdade religiosa individual e coletiva supõe a proteção do exercício da liberdade de associação religiosa em sentido amplo, incluindo a constituição de pessoas coletivas de natureza e finalidade religiosa dotadas dos necessários direitos de auto definição doutrinal e autodeterminação moral e auto governo institucional [...]. O Estado tem que ser garantidor de igual dignidade e liberdade de todos os cidadãos e grupos de cidadãos, religiosos ou não (MACHADO, 2013, p. 146).

Podemos presumir um modo de pensamento laico como intrínseco à nossa contemporaneidade ao vivermos coletivamente, mas sem perder nossa liberdade e individualidade. A laicidade pode ser diretamente relacionada a dois direitos fundamentais do constitucionalismo contemporâneo: igualdade e liberdade de crença (CANOTILHO, 2003).

É com muita dificuldade que visualizamos espaços nas sociedades modernas para o pensamento único. Tal pensamento existe sim, com forte instabilidade e uma grande circulação entre as diversas religiões. Com isso, temos um aspecto de mobilidade religiosa elevada, redefinindo as formas do sagrado: “De todas as liberdades sociais, nenhuma é tão congenial ao homem, e tão nobre, e tão frutificativa, e tão civilizadora, e tão pacífica, e tão filha do Evangelho, como a liberdade religiosa” (BARBOSA, 1877 p. 419).

Podemos perceber uma necessidade espiritual do ser humano, que não se satisfaz com um ponto de vista único, levando-o a uma inquietação que o induz não só a querer conhecer outros credos, como também contribuir para novas formas de sincretismo religioso.

Ao pensarmos em liberdades num Estado laico, percebemos também outro dilema, já que o Brasil é um país teoricamente laico e também democrático. Devemos refletir sobre o que foi dito por Aristóteles, quando relata o regime democrático como um governo dominado pelo número. Isso indica que a população ligada a um determinado credo, majoritário em número de participantes, sobrepõe-se a outra parte da população que está vinculada às religiões de baixa referência numérica, sendo estas muitas vezes marginalizadas.

Ainda que o Governo tenha o dever de prestar assistência com o mesmo grau de igualdade, é inegável o privilégio de algumas religiões em detrimento da manifestação de outras. Para isso, basta observar as datas comemorativas e feriados do nosso calendário, símbolos religiosos em repartições públicas, dispensa de tributos. Segundo Celso Gabatz:

A liberdade religiosa enquanto direito fundamental supõe a complexidade de vertentes subjetivas e objetivas, individuais e coletivas, de dimensões negativas e positivas, vinculando-se aos entes públicos e privados com manifestações de crença e culto, de ordem institucional e procedimental (GABATZ, 2016, p. 3-4).

Com a modernização veio à secularização e, com isso, a separação entre as instituições religiosas e o Estado. A secularização é um processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos (BERGER, 2003, p.119). Trazer a laicidade como defensora dessa neutralidade e garantir, de forma funcional, as liberdades de credo religioso, provê uma garantia constitucional à liberdade do indivíduo de manifestar ou se posicionar perante a sua religiosidade ou não-religiosidade na sociedade.

A laicidade é o instrumento que legitima a liberdade religiosa do sujeito e preza pela não-influência de dogmas religiosos nos ditames da política, tanto na deliberação de leis, quanto na criação de políticas públicas. Preza-se, portanto, a racionalidade e igualdade de todo cidadão, tornando irrelevante a posição religiosa de políticos e zelando pelo pluralismo religioso ou de não fazer parte de nenhuma religião, e conseqüentemente pela tolerância entre os cidadãos.

Um Estado laico que de alguma forma privilegia uma religião em detrimento de outra, ainda que haja concordância pela maioria da sua população, tendo isso cunho democrático, causaria um sentimento de exclusão aos demais, ferindo

direitos, além de incentivar uma postura fundamentalista, o que não seria nada conivente à laicidade. O Estado Laico confere uma posição de neutralidade. O Brasil é um país de várias religiões, e é na laicidade que se torna possível garantir as liberdades conferidas ao indivíduo.

Não estamos tratando a laicidade como de fato neutra, pois historicamente não é, mas nela se constitui o sustentáculo de combate a intolerância religiosa. Não se pretende repudiar as confissões de fé, as imagens sacras ou as expressões do sagrado dos ambientes públicos, mas sim permitir que as religiões minoritárias e de pouca representatividade sofram constrangimento e exclusão na tomada de decisões políticas, afetando-as direta ou indiretamente.

É por isso que o discurso do pensamento laico e o laicismo continua como um processo, pois, mesmo após inúmeras conquistas, seguem intensas as expressões de fé de algumas religiões em ambientes públicos, evidenciando um poder institucional e, de certa forma, um combate, ainda que velado, ao laicismo.

Durante toda a história posterior, a Igreja discutirá o pensamento laico, ora maçom, ora liberal, ora positivista, sobre a manutenção pública da fé como símbolo de poder. A existência de uma palavra, de um gesto, de uma imagem posta em lugar visível (como a figura do crucificado nos tribunais) representava para ela a certeza de que ainda não tinha sido reduzida à particularidade, exigida pelo discurso leigo e racionalista (ROMANO, 1979, p.89).

Um país de maioria católica como o Brasil, e com uma demanda crescente de protestantes de diversas denominações, cujos membros tomam cada vez mais espaço no campo da representação política. Esses vêm agindo de forma contundente em questões populares, conferindo posições e interesses próprios de sua crença, o que acaba trazendo situações de tensão social, ferindo diretamente a laicização do Estado.

Essa situação traz influências de uma postura confessional que insiste em se manter nas esferas públicas, não sendo diferente em áreas privadas, apenas que estas não serão aqui levadas ao questionamento.

O caso é que estamos andando na contramão dos direitos humanos, pois a liberdade religiosa é legitimada pela laicização do Estado e, no entanto, vem sendo corrompida por grupos religiosos dentro da esfera política. Isso acaba tendo

reflexo direto nas instituições de ensino, com ações que inviabilizam ou impedem a manifestação de expressões religiosas ligadas a grupos minoritários, em detrimento da não querência de outros. Esses, por estarem em maior número, obtêm o apoio ou o silêncio da maioria. Essa postura dá vazão ao fundamentalismo e a intolerância religiosa, indo de encontro à proposta educacional nos Estados laicos.

[...] o processo laicizador afirmar-se á, prioritariamente, no terreno da educação e do ensino, sinal inequívoco de que se ele visava separar as Igrejas da Escola e do Estado, também o fazia para socializar e interiorizar ideias, valores e expectativas (CATROGA, 2010, p.275).

A escola, com a laicidade, tem o papel de abranger a diversidade, primar pela igualdade², tolerância e respeito. Tem como funcionalidade a formação de cidadãos conscientes, agregação e recepção do pluralismo religioso, fazendo desse espaço um ambiente de troca de conhecimento e de quebra de medos e tabus, racionalizando as informações e os discursos que são lançados como verdadeiros, mas sem nenhum tipo de questionamento mais aprofundado. Isso possibilita uma convivência respeitosa e de paz, constituindo tomadas de decisões realmente democráticas, sem ferir os princípios básicos de direitos individuais e coletivos.

A Declaração Universal da Laicidade no Século XXI³ traz princípios democráticos e norteadores para a vida social:

Artigo 10º: O equilíbrio entre três princípios constitutivos da laicidade também é um fio condutor para os debates democráticos sobre o livre exercício de culto, sobre a liberdade de expressão, a manifestação de convicções religiosas e filosóficas, o proselitismo e os limites decorrentes do respeito pelo outro, bem como as interferências e as distinções necessárias entre os diversos campos da vida social, as obrigações e os acordos razoáveis na vida escolar ou profissional.

² Em 2012, o Ministério da Educação aprova as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (DNEDH). As diretrizes estão em consonância com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). As diretrizes têm como fundamento os seguintes princípios: a dignidade humana; a igualdade de direitos; o reconhecimento e a valorização das diferenças e das diversidades; a laicidade do Estado; a democracia na educação; a transversalidade, a vivência e a globalidade; e a sustentabilidade socioambiental.

³ Documento comemorativo do centenário da separação Estado-Igreja na França, apresentado junto ao Senado francês, datado de 09 de dezembro de 2005.

A laicidade não só condiz com a liberdade religiosa e de consciência, mas com a afirmação da igualdade e proteção de direitos humanos. É um fenômeno político legitimador da neutralidade, justiça e equidade, separando, de fato, o poder do Estado frente ao poder religioso.

1.2– A Religião e sua influência na Estrutura Política

O Brasil passou a ser um Estado laico a partir do Decreto de nº 119-A, 07/01/1890, de autoria de Ruy Barbosa, que traz a seguinte ementa: “Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências” (LAFER, 2009, p. 227). Antes desse decreto, o Brasil já possuía liberdade religiosa, ou de crença, mas sem liberdade de culto. Quem possuísse crença diferente da católica (religião oficial no Brasil àquela época) e desejasse realizar culto, poderia fazê-lo. Porém, confinados em seu lar.

A religião católica romana foi outorgada como religião oficial no Brasil, em nome da “Santíssima Trindade”, a partir da Constituição Imperial de 1824, que traz: “Art. 5º A religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo” (BASTOS, 2000, p. 191).

Sendo assim, percebemos a liberdade religiosa existente no Brasil Império. Porém, de forma bastante parcial. Mesmo havendo certa tolerância, havia sérios problemas para os seguidores de outras pertenças religiosas, como espíritas e protestantes. O fato de não poderem enterrar seus mortos nos cemitérios públicos da cidade era uma das situações embaraçosas na época.

No rol dos malditos, ou dos sem cova, estavam os não católicos, suicidas, usurários, escravos, condenados, natimortos sem batismo, maçônicos, dentre outros. A eles a sepultura, em muitos casos, era negada pela Igreja. Aos mortos protestantes caberia um enterramento destinado aos pecadores em geral, geralmente, no entorno próximo das capelas e igrejas. (CASTRO, 2013, p. 161)

A exclusão social póstuma era algo que não só afetava o morto e sua família, mas tornou-se um problema de saúde pública. Segundo Alderi de Souza

Matos, “os sepultamentos tinham de ser feitos no mar, perto das praias, em cemitérios de escravos ou em propriedades particulares” (MATOS, 2006).

Para evitar o transtorno causado pelo falecimento dos não católicos, colônias de imigrantes como ingleses e alemães que chegaram ao Brasil para ocupar postos de trabalho, pertencentes a religiões protestantes, começaram a criar cemitérios particulares para enterrar seus mortos. Tal atitude causou bastante resistência da igreja católica, que possuía, entre suas funções institucionais, a incumbência de guarda, emissão e comprovação de nascimentos, casamentos e óbitos. Ela não permitia perder nenhuma de suas incumbências para outra forma de religiosidade, mesmo que, para isso, fosse necessário encrudescer e tomar posições nada cristãs.

Foi apenas no Brasil República que a liberdade de crença e de culto tornou-se oficial, criando o Estado laico ou secular, separando categoricamente o poder da Igreja sobre o Estado. Algo bastante interessante é que, mesmo sendo o marco legal do laicismo no Brasil, e ainda com forte influência da Igreja Católica Romana na sociedade, a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil não fez menção a Deus em seu preâmbulo. Entretanto, não demorou muito para que isso fosse modificado.

O artigo 1º da constituição de 1890 decreta:

E' prohibido á autoridade federal, assim como á dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e crear differenças entre os habitantes do paiz, ou nos serviços sustentados á custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões philosophicas ou religiosas. (Texto original)⁴

Como podemos observar, a lei em questão vem com a prerrogativa de combater a desigualdade de tratamento, tal como arguir ou até extinguir privilégios a partir do credo religioso. A sua criação deveria marcar um fim à intolerância religiosa. Porém, esse problema resiste até a atualidade.

É fato que isso ampliou os direitos dos acatólicos, pois o Art. 2º traz o seguinte: “a todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas

⁴ Decreto N° 119-A, de 7 de Janeiro de 1890. (BRASIL, 1890)

nos atos particulares ou públicos, que interessem o exercício deste decreto” (SORIANO,2002, p. 85). A partir daí, deu-se o direito à liberdade de culto, podendo agora seguidores de outras religiões, não apenas da religião católica, professarem sua fé livremente e em público, e não apenas em seus lares ou em espaços reservados, como era antes do citado decreto.

A importância deste ato vem, principalmente, contribuir para a dignidade e humanidade aos outros credos, pois os registros de nascimento, declaração de vivos e sepultamento dos mortos, todos estes atos ficavam a cargo da Igreja Católica e, muitas vezes, os clérigos que estavam à frente destes mandos, tomavam atitudes cruelíssimas com os acatólicos, chegando até a impedir o sepultamento de seus mortos. Só a partir do decreto nº 789, de 27 de setembro de 1890, houve a ordenação para realização dos sepultamentos, tornando oficial a laicização dos cemitérios:

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, dando cumprimento ao disposto no art. 72, § 5º, da Constituição publicada com o decreto n. 510 de 22 de junho ultimo, decreta: Art. 1º Compete ás Municipalidades a polida, direcção e administração dos cemiterios, sem intervenção ou dependencia de qualquer autoridade religiosa.

No exercicio desta attribuição não poderão as Municipalidades estabelecer distincção em favor ou detrimento de nenhuma igreja, seita ou confissão religiosa.

Art. 2º A disposição da primeira parte do artigo antecedente não comprehende os cemiterios ora pertencentes a particulares, a irmandades, confrarias, ordens e congregações religiosas, e a hospitaes, os quaes ficam, entretanto sujeitos a inspecção e polícia municipal.

Art. 3º E' prohibido o estabelecimento de cemiterios particulares.

Art. 4º Em todos os municipios serão creados cemiterios civis, de accordo com os regulamentos que forem expedidos pelos poderes competentes.

Parapho unico. Emquanto não se fundarem taes cemiterios nos municipios em que estes estabelecimentos estiverem a cargo de associações, de corporações religiosas ou dos ministros de qualquer culto, as Municipalidades farão manter a servidão publica nelles existente, providenciando para que os enterramentos não sejam embaraçados por motivo de religião.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões do Governo Provisório, 27 de setembro de 1890, 2ª da Republica.

Manoel Deodoro Da Fonseca.

José Cesário de Faria Alvim (BRASIL, 1890).

Até a homologação deste decreto, a situação para o sepultamento dos acatólicos era algo de muita tensão social, chegando às margens da desumanização, havendo real necessidade que algo fosse feito. Foi, portanto, a Constituição Federal de 1891 que marcou a laicidade do Estado, dando a outros credos religiosos o usufruto de alguns direitos essenciais ao ser humano, mas ainda muito aquém do que deveria ser de fato.

Logo após o marco da laicidade, tivemos algumas alterações legais com a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934, que manteve a neutralidade do Estado e garantia a liberdade de culto, mas fez algumas ressalvas. Primeiro, traz alteração no preâmbulo, inserindo o nome “Deus”, e deixa explícito que não pode haver perturbação da ordem e dos “bons costumes” (grifo próprio), o que nos leva a uma indagação: quem determina o que é um bom costume e o que não é?

Surge então a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937, que pouco altera a constituição anterior, mas retira novamente a figura de Deus em seu preâmbulo.

A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946 traz algumas inovações, pois cria a imunidade tributária para os templos de todos os segmentos religiosos. Dessa forma, esses passam a ser isentos de impostos. Além disso, concede-se flexibilidade nas obrigações atribuídas legalmente aos brasileiros, em detrimento de seu pertencimento religioso e prevê o descanso remunerado diante de feriados religiosos.

Também possibilita efeito civil aos casamentos religiosos e prevê como facultativo o ensino religioso nas escolas. É nitidamente uma ampliação de direitos, atrelada ao marco secular do Estado. E novamente a figura de Deus se apresenta no preâmbulo.

Há algumas modificações importantes no tocante à laicidade na Constituição da República Federativa do Brasil de 1967/69. E não podia ser diferente, pois o Brasil passava por um regime militar, um período de forte ditadura, que de forma significativa altera muitos direitos individuais e coletivos.

A figura de Deus é mantida no preâmbulo. Volta a existir parceria entre o Estado e a Igreja nos setores de interesse público, como hospitalar, educacional e assistencial. A igreja passa novamente a ter um papel importante na política, ainda que de forma mais contida.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 mantém o enunciado da constituição anterior no preâmbulo, fazendo menção a Deus. Não há muitas modificações nas leis que regem o Estado Laico. Porém, não faz referência à expressão “liberdade religiosa”.

A primeira referência à liberdade no texto constitucional para a laicidade está no artigo 5º, VI que dispõe ser “inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias” (SILVA, 1999, p. 252). Outra modificação está conferida ao direito social do trabalhador, pois não faz previsão de garantia a abonação aos dias de feriado religioso.

1.3 Religião entre outras instituições

É inegável a interdependência entre as instituições sociais, e isso não seria diferente entre as instituições mais importantes para as sociedades, como o Estado, a igreja e a família. Mesmo com o apelo de certos setores em prol da família tradicional, há um princípio jurídico de regulamentação entre a igreja e o Estado, que é a liberdade religiosa.

Em 1689, Limborch publicou uma epístola com o título de *Letter concerning on Tolerance*, que traduzido para português é chamada “Carta de Tolerância”. Esta carta fazia parte das correspondências enviada por John Locke durante seu exílio na Holanda. Versava sobre a necessidade da separação entre o Estado e a igreja, no qual o progresso jamais poderia ser alcançado a partir desta união. Isso

porque os interesses de cada instituição estariam misturados, sendo um entrave para se alcançar a tolerância.

Locke procura expor a necessidade do Estado manter-se neutro, ou seja, de não interferir, posicionar-se ou beneficiar uma instituição religiosa, mas sim ter princípios justos para com o cidadão e cidadã, mantendo o princípio da tolerância. Eis um trecho desta carta que evidencia parte de seu pensamento sobre a tolerância:

“[...] A tolerância para os defensores de opiniões opostas acerca de temas religiosos está tão de acordo com o Evangelho e com a razão que parece monstruoso que os homens sejam cegos diante de uma luz tão clara. [...] considero isso necessário, sobretudo para distinguir entre as funções do governo civil e da religião, e para demarcar as verdadeiras fronteiras entre a Igreja e a comunidade. Se isso não for feito, não se pode pôr fim às controvérsias entre os que realmente têm, ou pretende ter, um profundo interesse pela salvação das almas de um lado, e, por outro lado, pela segurança da comunidade. [...] Não é a diversidade de opiniões (o que não pode ser evitado), mas a recusa de tolerância para com os que têm opinião diversa, o que se poderia admitir que deu origem à maioria das disputas e guerras que têm se manifestado no mundo cristão por causa da religião. [...] se, ao contrário, cada um deles se confinasse dentro de suas fronteiras – um cuidando apenas do bem-estar material da comunidade, outro da salvação das almas – possivelmente não haveria entre eles nenhuma discórdia.” (LOCKE, 1987)

O Estado tem por finalidade defender a vida, a liberdade e a propriedade. Dessa forma a liberdade religiosa está incluída na defesa de Locke, pois se trata do exercício de cidadania, garantir que as leis de um Estado laico se cumpram.

Embora tenhamos avançado bastante nas garantias da laicidade, vivemos um momento tenso, e podemos até vislumbrar certo retrocesso no que tange a uma postura secular do Estado brasileiro. Isso pode ser observado, por exemplo, no cenário político, em que fortes correntes religiosas vêm interferindo diretamente sobre a sociedade de modo geral, de tal forma que é nítido vislumbrar a declinação por certos dogmas e causando embaraço para outros que não pactuam de suas crenças religiosas. Tal fenômeno não poderia ocorrer, pois “o pensamento, práticas e instituições religiosas perdem seu significado para a operação do sistema social” (Wilson, 1998, p. 49).

O sistema social laico e democrático trabalha para um todo, sem predileções e sem que seus atos possam causar qualquer forma de exclusão.

Paralelos a toda discussão sobre laicidade no Brasil estão alguns grupos políticos tratando da instituição família a partir de um viés religioso. Entre os temas debatidos estão o casamento entre pessoas do mesmo sexo e como deve ser a configuração familiar.

Tais temas estão causando muitos entraves e, principalmente, denotando um retrocesso social, ao vermos a defesa de certos posicionamentos puramente embasados em argumentos dogmáticos. Tais comportamentos não prezam pelo direito individual e coletivo do cidadão. Sobretudo pelo seu direito à liberdade, incluindo a liberdade religiosa.

O ponto fundamental para qualquer religião são seus dogmas, verdades e concepções que se estabelecem como verdadeiras e indiscutíveis. A palavra “dogma” é de origem grega. Sua tradução para a língua portuguesa corresponde a “aquilo que aparenta”. É uma derivação do verbo grego “dokeo”, que significa pensar, imaginar ou supor. O dogma está presente em todas as religiões, partindo de vertentes diversas: cristianismo, islamismo, judaísmo, entre muitas outras. Para o catolicismo, os dogmas inserem-se no credo a partir do século IV com o concílio de Niceia, como também nos cânones dos primeiros concílios ecumênicos, concisos na “Exposição Exata da Fé Ortodoxa”, obra de São João de Damasco. Os dogmas Marianos⁵ são alguns exemplos de dogmas da Igreja

⁵ Referentes a Maria, a Igreja propõe quatro dogmas: Maternidade divina, Virgindade perpétua, Imaculada Conceição e Assunção. Constituem verdades que os cristãos aceitam, aprofundam e vivenciam na comunidade de fé.

Mãe de Deus: Aos 22 de junho de 431, o Concílio de Éfeso definiu explicitamente a maternidade divina de Nossa Senhora. Assim o Concílio se expressou: “Que seja excomungado quem não professar que Emanuel é verdadeiramente Deus e, portanto, que a Virgem Maria é verdadeiramente Mãe de Deus, pois deu à luz segundo a carne aquele que é o Verbo de Deus”. A intenção do Concílio de Éfeso era a de afirmar a unidade da pessoa de Cristo. Reconhecer Maria como Mãe de Deus (“Theotokos”) significa, na verdade, professar que Cristo, Filho da Virgem Santíssima segundo a geração humana, é Filho de Deus.

O povo se alegrou tanto que levou os bispos do Concílio para suas casas e festejaram a proclamação do dogma mariano. A maternidade divina de Nossa Senhora é peça-mestra da teologia marial.

Virgindade perpétua: Conferindo as Sagradas Escrituras e os escritos dos Santos Padres, o Concílio de Latrão preconizou como verdade a Virgindade Perpétua de Maria no ano 649. Durante o Concílio, o Papa Matinho I assim afirmou: “Se alguém não confessa de acordo com os santos Padres, propriamente e segundo a verdade, como Mãe de Deus, a santa, sempre virgem e imaculada Maria, por haver concebido, nos últimos tempos, do Espírito Santo e sem concurso viril

Católica. Os protestantes possuem seus dogmas e professam em suas confissões de fé.

Não cabe julgamento social com base em crenças religiosas quando a questão afeta todo um sistema social, pois dogma é dogma, cada um com o seu. Se formos usar prerrogativas religiosas, e no caso do Brasil, a segunda maior nação cristã, usar as prerrogativas cristãs, entraríamos, inevitavelmente, num fundamentalismo religioso.

Acerca disso o ex-presidente Barack Obama fez um discurso bastante eloquente, numa igreja protestante, durante sua campanha a eleição em 2008, sobre os limites do cristianismo numa democracia, dissertando sobre o bom senso e a religião:

E, em algum nível fundamental, a religião não permite negociar; é a arte do impossível. Se Deus falou, então se espera que os seguidores vivam de acordo com os éditos de Deus, a despeito das consequências. Agora, basear a vida de uma pessoa em compromissos tão inegociáveis pode ser sublime, mas basear nossas decisões políticas em tais compromissos seria algo perigoso.

E se você duvida disso, deixe-me dar um exemplo. Nós todos conhecemos a história de Abraão e Isaac. Abraão foi ordenado por Deus a sacrificar seu único filho. Sem discutir ele leva Isaac montanha acima, até o topo, e o amarra ao altar. Levanta a sua faca. Prepara-se para agir... como Deus ordenara. Agora, nós sabemos que as coisas deram certo; Deus envia um anjo para interceder bem no último minuto. Abraão passa no teste de

gerado incorruptivelmente o mesmo Verbo de Deus, especial e verdadeiramente, permanecendo indestruída, ainda depois do parto, sua virgindade, seja condenado”.

Imaculada Conceição: Em 8 de dezembro de 1854, o papa Pio IX definiu o terceiro dogma mariano: Imaculada Conceição de Maria. Em sua Bula “Ineffabilis Deus”, o Pontífice declarou a doutrina que ensina ter sido Nossa Senhora imune de toda mancha de pecado original, no primeiro instante de sua concepção, por singular graça e privilégio de Deus Onipotente, em vista dos méritos de Cristo Jesus Salvador do gênero humano.

O dogma da Imaculada Conceição nos ensina que, em Maria, começa o processo de renovação e purificação de todo o povo. Ela “é toda de Deus, protótipo do que somos chamados a ser. Em Maria e em nós age a mesma graça de Deus. Se nela Deus pôde realizar seu projeto, poderá realizá-lo em nós também” (Dom Murilo S. R. Krieger – bispo e escritor mariano).

A Assunção de Maria: Foi o último dogma a ser proclamado, por obra do papa Pio XII, a 1o de novembro de 1950. Na Constituição Apostólica “Munificentissimus Deus”, o Pontífice afirmou que, depois de terminar o curso terreno de sua vida, ela foi assunta de corpo e alma à glória celeste. Mais de 200 teólogos, em todas as partes da Igreja, demonstraram interesse e entusiasmo pela definição dogmática. Imaculada e assunta aos céus, Maria é a realização perfeita do projeto de Deus sobre a humanidade. “A Assunção manifesta o destino do corpo santificado pela graça, a criação material participando do corpo ressuscitado de Cristo, e a integridade humana, corpo e alma, reinando após a peregrinação da história” (CNBB – Catequese renovada, no 235 <http://www.paraclitus.com.br/2011/apologetica/maria-santissima/os-dogmas-marianos/>). Acesso em 05 de abril de 2017.

devoção de Deus. Mas é justo dizer que se qualquer um de nós, ao sair dessa igreja, visse Abraão no telhado de um prédio levantando sua faca, nós iríamos, no mínimo, chamar a polícia. E esperaríamos que o Departamento de Serviço às Crianças e à Família tirasse a guarda de Isaac de Abraão.

Nós faríamos isso porque nós não ouvimos o que Abraão ouve, nós não vemos o que Abraão vê. Então, o melhor que podemos fazer é agir de acordo com aquela coisa que todos nós vemos, e que todos nós ouvimos. A jurisprudência é bom senso básico⁶. (OBAMA, 2008).

Quando falamos de jurisprudência e do direito à liberdade, a laicidade é imprescindível para que não haja deturpação legal, favorecendo esse ou aquele grupo baseado em crenças religiosas. Esse foi um dos casos tratados há pouco tempo no Brasil sobre o casamento homoafetivo. Acerca disso, o Relator da resolução, o até então Ministro Carlos de Ayres Britto, trata sobre o singular valor da família, sobre o qual não pode haver um só modelo de constituição, nem mesmo imposição a isso.

Entretanto, ressalva o Ministro Carlos de Ayres Britto⁷:

Para que a família desempenhe realmente este papel vital para a realização existencial dos seus membros, a sua constituição deve basear-se num ato de liberdade em que cada indivíduo tenha a possibilidade de escolher o parceiro ou a parceira com quem pretende compartilhar a vida (TARTUCE,2011, p.90-91).

É fato que evoluímos historicamente acerca dessas temáticas, e mesmo que vez ou outra elas venham submergir, não podemos conceber uma discussão que não seja pautada sob a luz da legalidade alicerçada pela Constituição Federal, deixando assim as concepções religiosas para outras esferas.

Foi a partir da legalidade, laicidade e garantia das liberdades individuais que foi promulgada a resolução garantindo o direito de casamento civil para pessoas do mesmo sexo:

6 Discurso proferido pelo Presidente Barack Obama em 2008. Disponível: https://www.youtube.com/watch?v=_IHQr4Cdx88. Acesso em 04 de janeiro de 2017.

⁷Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto é um jurista, advogado, magistrado, professor e poeta brasileiro. Foi ministro do Supremo Tribunal Federal de 2003 a 2012, tendo sido presidente daquela corte e do Conselho Nacional de Justiça em 2012.

RESOLUÇÃO Nº 175, DE 14 DE MAIO DE 2013 Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, CONSIDERANDO a decisão do plenário do Conselho Nacional de Justiça, tomada no julgamento do Ato Normativo no 0002626-65.2013.2.00.0000, na 169ª Sessão Ordinária, realizada em 14 de maio de 2013; CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, nos acórdãos prolatados em julgamento da ADPF 132/RJ e da ADI 4277/DF, reconheceu a inconstitucionalidade de distinção de tratamento legal às uniões estáveis constituídas por pessoas de mesmo sexo; CONSIDERANDO que as referidas decisões foram proferidas com eficácia vinculante à administração pública e aos demais órgãos do Poder Judiciário; CONSIDERANDO que o Superior Tribunal de Justiça, em julgamento do RESP 1.183.378/RS, decidiu inexistir óbices legais à celebração de casamento entre pessoas de mesmo sexo; CONSIDERANDO a competência do Conselho Nacional de Justiça, prevista no art. 103-B, da Constituição Federal de 1988; RESOLVE: Art. 1º É vedada às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo. Art. 2º A recusa prevista no artigo 1º implicará a imediata comunicação ao respectivo juiz corregedor para as providências cabíveis. Art. 3º

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro Joaquim Barbosa Presidente (BRASIL, 2013).

Querer tratar sobre as escolhas pessoais do indivíduo nada mais é do que limitá-lo, cerceando sua liberdade. Quando nos referimos a esses cerceamentos e introduzimos pontos que envolvem sua vida particular e íntima, através de julgamentos eivados de pré-conceitos com bases religiosas ou de outra ordem, estamos ferindo diretamente o direito constitucional de livre-arbítrio, sendo este também um direito cristão, se assim o querem entender. Entretanto, não nos é permitido o julgamento. Assim relata o Conselho Nacional de Justiça:

“A Resolução veio em uma hora importante. Não havia ainda no âmbito das corregedorias dos tribunais de Justiça uniformidade de interpretação e de entendimento sobre a possibilidade do casamento entre pessoas do mesmo sexo e da conversão da união estável entre casais homoafetivos em casamento”, disse o conselheiro Guilherme Calmon. “Alguns estados reconheciam, outros não. Como explicar essa disparidade de tratamento? A Resolução consolida e unifica essa interpretação de forma nacional e sem possibilidade de recursos”, ressaltou.

Caso algum cartório não cumpra a Resolução do CNJ, o casal interessado poderá levar o caso ao conhecimento do juiz corregedor competente para que ele determine o cumprimento da medida. Além disso, poderá ser aberto processo administrativo contra a autoridade que se negar a celebrar ou converter a união estável homoafetiva em casamento (BRASIL, 2013).

Reforçando o que já foi mencionado acerca das liberdades e das questões de foro íntimo, temos ainda a Declaração Universal dos Direitos Humanos que, em seu artigo XVIII, afirma:

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular (ONU, 1948).

Mesmo com todo o suporte legal para se combater a intolerância e se firmar a laicidade, ainda assim os contra-ataques aos direitos humanos são constantes e vêm com forte apoio, adentrando também na esfera educacional. Isso interfere diretamente na formação cidadã, ao partir do pressuposto de manter a decência, os bons costumes e a preservação da família tradicional.

1.4 Grupos religiosos e educação

Em 2008, deu-se início a revisão do Programa Nacional de Direitos Humanos I e II, o que acabou suspendendo a realização da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos – 11ª CNDH. O intitulado PNDH-3 é a terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos, que visa dar prosseguimento ao procedimento de consolidação das orientações para concretizar a promoção e defesa dos Direitos Humanos no Brasil.

O PNDH-3⁸ tem como alicerce de sua construção as resoluções das Conferências Nacionais temáticas, os Planos e Programas do Governo Federal, os Tratados internacionais ratificados pelo Estado Brasileiro e as Recomendações dos Comitês de Monitoramento de Tratados da ONU e dos Relatores especiais, que trazem entre seus objetivos estratégicos o seguinte:

⁸Está estruturado em seis eixos orientadores, subdivididos em 25 diretrizes, 82 objetivos estratégicos que incorporam ou refletem os 7 eixos, as 36 diretrizes e as 700 resoluções da 11ª CNDH.

Objetivo estratégico V: Garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero. Ações programáticas: a) Desenvolver políticas afirmativas e de promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero, favorecendo a visibilidade e o reconhecimento.

Já entre os princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996 (LDB) estão expressos com a máxima clareza:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

(...)

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;

(...)

O Plano Nacional de Educação (lei 13005/2014), também prevê:

Art. 2º São diretrizes do PNE:

(...)

VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

(...)

X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Documentos muitas vezes chamados à luz da razão e do conhecimento são muito citados por movimentos e grupos ameaçados de direitos. É preciso reivindicá-los constantemente, pois, mesmo tendo a plena consciência da existência de leis, elas, por si só, não garantem igualdade de tratamento nem seu cumprimento. E assim travamos uma constante batalha por equidade de tratamento frente à diversidade religiosa e de orientação sexual e de gênero nas escolas.

Em uma reportagem do Jornal El País⁹, do dia 11 de junho de 2015, foi publicado o seguinte:

⁹É o diário espanhol de maior circulação e influência. Sua primeira edição apareceu em 4 de Maio de 1976, quando a Espanha começou a transição para a democracia. O jornal é definido como uma diária global, independente, de qualidade e defender a democracia. Foi pioneira na adoção de jornalística usa o Stylebook, a figura dos leitores e do Estatuto do conselho editorial, que rege as relações profissionais entre escrita, através da Comissão de Redação, a gestão do jornal e da sociedade editor.O país está presente na Internet desde 1996, quando a primeira edição digital, então sob o domínio elpais.es aberto. dos leitores. O site tem uma seção de Inglês que inclui as principais notícias publicadas no jornal.

Grupos religiosos estão em uma cruzada nas câmaras municipais brasileiras para evitar que a palavra "gênero" passe a fazer parte dos planos municipais de educação, o conjunto de metas que as prefeituras terão que adotar pelos próximos dez anos e que estão sendo votadas em vários pontos do país neste ano. Em São Paulo, a pressão surtiu efeito e o termo desapareceu, na última quarta-feira, das 34 páginas que estão sendo discutidas desde 2012.

A pressão repete o que já foi visto no ano passado, durante a discussão do Plano Nacional de Educação, em Brasília, quando o *lobby* religioso, liderado especialmente pelos deputados evangélicos, também suprimiu a palavra do texto final. É apenas mais um exemplo da mobilização de grupos religiosos para fazer valer suas posições nas discussões relacionadas a inclusão e direitos humanos no Brasil. Na própria quarta, deputados cristãos tomaram o plenário da Câmara, presidida pelo evangélico Cunha, para protestar. Rezaram um Pai Nosso diante dos holofotes durante a votação da reforma política por considerarem absurda a imagem de uma transexual crucificada durante a Parada Gay em São Paulo, no último domingo (EL PAÍS, 2015).

Levantou-se a bandeira santa, invocando a moral religiosa e um comportamento padrão e aceitável, sobre a égide que “gênero não se discute”, muito menos na escola. Eis que se invoca a prerrogativa da família tradicional cristã brasileira, que manifesta sua indignação perante as mudanças sociais ao direito das minorias, mesmo que entre os dados mais recentes o modelo da família tradicional não é mais maioria. Tal mudança se deve principalmente após a lei nº 6.515/1977, conhecida como Lei do Divórcio, e com isso o Código Civil de 1916, que versava sobre a regulamentação da dissolução do casamento, na qual apenas a partir dele a família podia ser formada.

Podemos observar um crescente no número de famílias monoparentais¹⁰. Essa discussão veio interferir diretamente no campo educacional, com forte representação política, popular e religiosa. Na mesma matéria redigida pelo Jornal El País, encontramos esse trecho:

As expressões gênero ou orientação sexual referem-se a uma ideologia que procura encobrir o fato de que os seres humanos se dividem em dois sexos. Segundo essa corrente ideológica, as diferenças entre homem e mulher, além das evidentes implicações anatômicas, não correspondem a uma natureza fixa,

¹⁰Quanto a nomenclatura, a “família monoparental” constitui um silogismo, o qual visa denominar a presença de um só genitor, homem ou mulher, no papel da criação, educação e manutenção da prole (SANTOS; SANTOS, 2008/2009).

mas é resultado de uma construção social", explica Dom Fernando Arêas Rifan, bispo da Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney (Rio de Janeiro), em uma nota publicada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). "Os que adotam o termo gênero não estão querendo combater a discriminação, mas sim desconstruir a família (...) e, deste modo, fomentam um estilo de vida que incentiva todas as formas de experimentação sexual desde a mais tenra idade. (EL PAÍS, 2015).

Em 2015, devido a muita pressão da bancada cristã, pelo menos 8 estados brasileiros retiraram dos Planos Estaduais de Educação a referência à identidade de gênero, diversidade e orientação sexual. Esses elementos fazem parte de planos que são traçados como diretrizes para os próximos dez anos. Em Pernambuco, tivemos a justificativa do Deputado Pastor Cleiton Collins (PP) de que o "Brasil não está preparado para isso".

Precisamos repensar o papel da escola, da função da educação e da laicidade como garantia para a neutralidade do Estado, frente a uma onda de preceitos dogmáticos violando direitos humanos, como o direito ao conhecimento, à livre expressão e à liberdade como um todo. A laicidade deve ser invocada pelo seu princípio pedagógico de diálogo com as várias formas de pensamento, diante das diversas experiências religiosas e das inúmeras formas de ver o mundo.

Bem, se o Brasil não está preparado para educação relacionada a gênero, diversidade e orientação sexual nas escolas, podemos com isso imaginar uma situação ainda pior futuramente. Tal prognóstico é percebido tendo em vista o cenário que temos hoje, diante de uma crescente onda de intolerância frente às diferenças, do machismo e violência cometida contra as mulheres. Além disso, podemos citar elevado número de gravidez entre adolescentes e de surtos de DST's contraídos por adolescentes em início de sua vida sexual.

2. SEXUALIDADE E RELIGIÃO

2.1 O poder e o controle sexual na História das religiões

Como pudemos observar no capítulo anterior, ainda que frágil em sua total aplicação, e com brechas para várias interpretações que fogem do seu real ofício, a laicidade permite uma maior abertura para as instituições tratarem de assuntos necessários ao crescimento educacional, sem uma interferência das instituições religiosas nos ditames da política.

Porém, o que estamos percebendo é que mesmo tendo esse respaldo legal, grupos religiosos inseridos no cenário político brasileiro estão causando mal-estar e retrocesso no que tange a autonomia das escolas, retirando normas e diretrizes do PNE¹¹ e da LDB's¹² para executarem seus projetos pedagógicos.

Dessa forma, deixaram de discutir temas de suma relevância para o educando, principalmente se consideramos a fase da adolescência, em que é necessário alastrar propostas pedagógicas sobre sexualidade, promovendo a luta contra a discriminação e a promoção da equidade de gênero.

Eis que nos questionamos: por que nossa sociedade ainda resiste tanto em falar sobre sexo e tudo que está ligado a ele? Segundo Foucault, parece que, por muito tempo, teríamos suportado um regime vitoriano e a ele nos sujeitaríamos até hoje (2014, p.7).

A religião serve para manter uma conduta aprovável do ser humano, firme em seus preceitos morais. Nenhuma sociedade conhecida jamais existiu sem regras sobre o sexo (ENDSJO, 2014, p.13). Mas mudanças existiram quanto ao comportamento sexual humano. É fato que passaram por diversas fases ao passar dos tempos. Porém, não se pode falar de liberação neste século.

Até podemos falar de certa hipocrisia generalizada, visto que temos acesso a tudo, mas teimamos em ser comedidos ao falar do assunto, para não passarmos

¹¹Plano Nacional de Educação, que é responsável por definir metas para o período de dez anos do Ensino Básico ao Superior.

¹² Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.

pelo julgamento social ou sermos vistos como indecentes. Entretanto, isso não indica que estejamos alheios ao sexo.

Diz-se que no início do século XVII ainda vigorava uma certa franqueza. As práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticências excessivas e, as coisas, sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade. Eram frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade, da decência, se comparados com os do século XIX. Gestos diretos, discursos sem vergonha, transgressões visíveis, anatomia mostradas e facilmente misturadas, crianças astutas vagando, sem incômodo nem escândalo, entre risos dos adultos: os corpos “pavoneavam” (FOUCAULT, 2014, p. 7).

Passamos a nos esconder, a trancafiar nossa libido, a evitar olhares, contatos e até desviar-se de falar sobre qualquer tema que remetesse ao prazer do corpo. Ao pensarmos em sexualidade, logo percebemos profundas mudanças ocorridas no tempo. Podemos pensar no politeísmo, seguido de seus julgamentos morais na História Antiga, imposições legitimadas diante da crença, além dos povos e nações adorando suas divindades, vinculadas às suas verdades absolutas e inquestionáveis.

A partir do cristianismo no ocidente, houve transformações na conduta social, pois o conceito de moral passa a ser ditado pela Igreja Cristã. A religião traz em seu invólucro a prerrogativa de necessária e indispensável para a convivência em sociedade, para uma real civilização entre os homens. Essa ideia ainda é vista como verdadeira no Brasil e em muitos países ainda hoje.

É difícil, talvez impossível, descobrir o que veio primeiro, os padrões sexuais culturais ou as regras religiosas para o sexo. Teriam os primeiros consentimentos e proibições sexuais surgido aparte da religião, para somente depois ganhar uma significação religiosa? Ou será que as normas religiosas de controle da sexualidade surgiram à revelia do comportamento sexual de fato das pessoas, para em seguida direcionar a conduta sexual para novos rumos? As religiões primeiro sancionaram padrões sexuais que já existiam na sociedade humana ou a religião interveio e modificou nossa prática sexual desde o princípio? (ENDSJO, 2014, p.12).

Voltamos a perceber certa hipocrisia que nos envolve, pois no Brasil colonial nossos colonizadores e baluartes da moral europeizada vez ou outra estavam envolvidos em escândalos, que muito longe estavam da conduta esperada dos homens de bem, quiçá do clero. A prática de confessorário surge

como prática para libertar “os impuros” de seus pecados, mas logo se percebe que o intuito real visa regulamentar a vida cotidiana, prática sacramentada com o Concílio de Trento durante a Contrarreforma.

Organizar as massas com base na família cristã fazê-las crer na verdade divina segundo as regras da igreja, o amplo programa da moderna Reforma Católica carecia de outros meios além dos arranjos institucionais e da disciplina eclesiástica homologados em Trento. A viabilização da nova pastoral – ou a moderna difusão do antigo cristianismo – pressupunha sistemática intimidação dos fiéis, permanente ameaça com os horrores que Deus reservava aos que ousassem desviar-se de si (VAINFAS, 2010, p.59).

Ronaldo Vainfas relata que a irradiação dessa “pastoral do medo”, conforme a chamou Delumeau, não esteve ausente no Brasil. Isso nos leva a perceber que a postura pudica à brasileira está ligada à ignorância e ao medo, introjetado pelos nossos colonizadores como forma de manutenção e garantias contínuas no envio de riquezas para Portugal. Em outras palavras, a religião a serviço das abastanças da Metrópole.

Uma atmosfera de terror era conferida aos nativos e aos povos escravizados, que não paravam de chegar à bendita terra dos trópicos. Suas pobres almas estavam fadadas a danação, mergulhadas em um lamaçal de iniquidades, das quais nunca tiveram conhecimento, mas eis que chegam “no paraíso” e inúmeros pecados lhes são atribuídos pelos seus próprios opressores.

[...] a preocupação com a incredulidade dos índios e sua resistência em assimilar a catequese; [...] aos índios por perseverarem em poligâmias, adultérios, incestos e outras libidinagens naturais[...] e aos colonos porque lhes seguiam o exemplo, amancebando-se com várias mulheres em prejuízo de suas almas[...] descobrir-se-ia o negro africano como alvo de culpabilização e objeto de exploração social[...] (VAINFAS, 2010, p.62).

Baluartes de uma moral inventada, nossos colonizadores fizeram que o comportamento sexual no Brasil passasse a ser vigiado, classificado e condenado, através principalmente das confissões.

Não que devêssemos hoje aceitar o modo como viviam na terra brasilis, mas o etnocentrismo europeu trouxe padrões comportamentais que dispensaram qualquer meio termo cultural, impregnando as futuras mentalidades com tabus e medos do cajado divino que perdura até nossos tempos.

A ignorância é nossa maior dádiva, pois, para não sermos julgados, é melhor manter sigilo sobre o que nos tenta ou sobre os nossos escapes, e fazer do sexo assunto reservado. Hipocrisia, moralidade e desejo caminham juntos, e coube, e ainda cabe, às religiões o respaldo legítimo para julgar o que são ou não desvios da alma, a partir dos seus dogmas oficiais.

A partir de meados do século XVI, diversos “crimes morais, que no restante do mundo católico permaneceram na alçada secular ou eclesiástica, passaram, na Península Ibérica, para a esfera inquisitorial. Foi o caso da bigamia, da sodomia, e da bestialidade, de certas incontinências clericais e de algumas proposições verbais ofensivas às regras morais da Igreja. Mas por que a sodomia, e não o adultério, por exemplo, passou à competência do Santo Ofício – se ambos eram atitudes sexuais ofensivas à lei de Deus? Por que a bigamia, e não o concubinato? Por que a chamada a chamada “defesa da fornicção simples”, e não as próprias relações sexuais entre pessoas solteiras? A resposta algo paradoxal a essas questões reside em que a ingerência do Santo Ofício no terreno dos desejos e das moralidades desviantes jamais se deferiu a “crimes morais”, considerados em si mesmos, senão àqueles que, de um modo ou de outro, fossem assimiláveis a heresias. (VAINFAS, 2010, p.251).

Historicamente, o modo como fomos educados e que, cultural e socialmente, foi sedimentada nossa conduta e modo de pensar, leva-nos a crer que não é apenas uma reserva moral que nos encarcera em uma postura pudica quanto a falar sobre sexo, mas sim o interesse de ter domínio sobre o que podemos falar. A sexualidade é, certamente, um dos temas mais tocados na atualidade e sempre ocupou um local de destaque nas rodas de conversa ao longo dos tempos. Dessa forma, ditar regras de comportamento e disciplina é também garantir a manutenção do poder. Foucault assevera, dizendo:

O poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e suficientes. “Adestrar” as multidões confusas, imóveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios (FOUCAULT, 1987, p. 143).

Religião e poder sempre se relacionaram. Vários são os exemplos em toda história da humanidade. Controlar o sexo é controlar o comportamento, a procriação. E não se pode afirmar que ele está ligado à fé, inicialmente, pois é certo que o sexo é algo bem anterior às estruturas religiosas.

Faz parte da sociedade querer manter a disciplina, sendo esta uma forma de garantir a conservação e funcionamento das instituições como a escola e a família. Adestramento é a palavra mais cabível, e a melhor forma de adestrar, de disciplinar, é ganhando o respeito e a confiança. Tornar o ser humano obediente e submisso, para daí controlá-lo. Foucault veio a chamar de “Sociedade disciplinar” esta sociedade de seres mansos e obedientes.

As manchetes dos jornais atuais podem facilmente nos dar a impressão de que as religiões estão mais preocupadas do que nunca com o sexo, mas a realidade é quase invariavelmente o oposto daquela expressa na história de Hipólito. A maioria das religiões normalmente condena e é contrária ao sexo — com as pessoas erradas, da maneira errada, na hora errada, no local errado. Irritam-se porque muito se escreve e se fala sobre sexo; exasperam-se porque sexo é assunto abordado em prosa e verso da maneira errada. A condenação se dá em termos tão extremos que muitas pessoas ficam com a impressão de que a religião rejeita o sexo em todas as suas variantes (ENDSJO, 2014, p.12).

O fato da religião dizer respeito primeiramente à fé é um fenômeno relativamente novo. Originalmente, a religião ocupava-se mais da conduta correta, na qual o sexo geralmente desempenhava um papel central (ENDSJO, 2014, p. 14). Sanções provenientes dos pensamentos religiosos com relação à sexualidade do indivíduo ocupam lugar de destaque nas diversas sociedades, e estas divergências estão muito presas às culturas de que fazem parte e aos mecanismos de manutenção de poder dessas sociedades.

Numa perspectiva foucaultiana, a repressão da sexualidade apresentada muda de instâncias de poder de onde provêm, mas não deixa de existir. Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui um ar de transgressão deliberada (FOUCAULT, 2014, p. 11).

Sendo assim, é melhor manter o silêncio e a solenidade para falar de sexo. Ah! Mas é tão interessante perpassar essa barreira e falar sobre o assunto. Há sempre aquela “vontade de saber”¹³ um pouco mais.

Percebemos que há uma fissura na sociedade para que adolescentes falem abertamente sobre sexo, o que remete, em primeiro momento, a uma liberdade maior e uma fragilidade da repressão sexual. Isso, porém, se analisado com maior profundidade, remete-nos a uma repressão mais arguta, disfarçada e, depois, revelada em ações perigosas, socialmente falando.

[...] a partir do fim do século XVI, a "colocação do sexo em discurso", em vez de sofrer um processo de restrição, foi, ao contrário, submetida a um mecanismo de crescente incitação; que as técnicas de poder exercidas sobre o sexo não obedeceram a um princípio de seleção rigorosa mas, ao contrário, de disseminação e implantação das sexualidades polimorfas e que a vontade de saber não se detém diante de um tabu irrevogável, mas se obstinou — sem dúvida através de muitos erros — em constituir uma ciência da sexualidade (FOUCAULT, 2013, p. 18).

Mas o que leva algo que é mais que natural entre os seres vivos (pois todas as espécies animais, incluindo a humana, fazem sexo desde bem antes de os humanos pensarem sobre o sagrado e formularem uma conotação de perigo constante) a comprometer de forma irreversível corpo, mente e espírito? O sexo ocupa lugar de destaque na sociedade, destacadamente nas religiões cristãs, ao mesmo tempo em que tenta não se expor como algo de relevante na vida do indivíduo, conforme destaca Foucault:

A confissão, o exame de consciência, toda uma insistência sobre os segredos e a importância da carne não foram somente um meio de proibir o sexo ou de afastá-lo o mais possível da consciência; foi uma forma de colocar a sexualidade no centro da existência e de ligar a salvação ao domínio de seus movimentos obscuros. O sexo foi aquilo que, nas sociedades cristãs, era preciso examinar, vigiar, confessar, transformar em discurso (FOUCAULT, 2013, p. 127).

A relação entre sexo e poder institucionalizado é demasiadamente tênue, ditando regras de comportamento moral. Essa moral pode ser compreendida por suas várias definições:

¹³ Grifo referente ao primeiro volume do livro História da Sexualidade. Foucault traz o discurso Nietzscheano sobre a moral. Livro alusivo à repressão do sexo, sua história, e os discursos sobre o sexo nas sociedades modernas a partir do século XVII

a) tudo que é relativo aos bons costumes ou às normas de comportamento admitidas e observadas, em certa época, numa dada sociedade (Durkheim, Lévy-Bruhl, Shaftestbury e Hutcheson); b) conjuntos de preceitos baseados na justiça e na equidade (Paulo Matos Peixoto); c) o que pertence ao domínio do espírito e ao da matéria; d) certeza que tem por base grandes possibilidades e não provas absolutas; e) o que é decente; f) parte da filosofia que se ocupa dos atos humanos, dos bons costumes e dos deveres sociais do ser humano; g) ética que estuda o comportamento disciplinado por normas. Já, por moral cristã (direito canônico) trata-se do conjunto de preceitos contidos no evangelho (DINIZ, 2008, p. 333).

A necessidade humana de aceitação social e de cumprimento às normas sociais muitas vezes manifesta-se em práticas diversas em oculto, por medo de sanções, que também se configuram em discursos hipócritas. Eles, porém, em seu íntimo, são carregados de fantasias, pensamentos obscuros e erotizados que, no mais, preferem permanecer velados para não expor o indivíduo a situações de embaraço.

Talvez a própria repressão no falar de sexo nos atice ainda mais a vontade de, não apenas falar, mas conhecer, de saber suas várias faces e como ele é concebido e tratado nas mais diversas culturas e tempos. Sexo nos remete a uma ideia simultânea de prazer e danação:

É porque se afirma essa repressão que se pode ainda fazer coexistir, discretamente, o que o medo do ridículo ou o amargor da história impedem a maioria dentre nós de vincular: revolução e felicidade; ou, então, revolução e um outro corpo, mais novo, mais belo; ou, ainda, revolução e prazer. Falar contra os poderes, dizer a verdade e prometer o gozo; vincular a iluminação, a liberação e a multiplicação de volúpias; empregar um discurso onde confluem o ardor do saber, a vontade de mudar a lei e o esperado jardim das delícias — eis o que, sem dúvida, sustenta em nós a obstinação em falar do sexo em termos de repressão; eis, também, o que explica, talvez, o valor mercantil que se atribui não somente a tudo o que dela se diz como, também, ao simples fato de dar atenção àqueles que querem suprimir seus efeitos (FOUCAULT, 2013, p. 12-13).

A repressão sexual no Brasil tem seu princípio sustentado por uma ética religiosa que adequou e padronizou a sexualidade a seu bel prazer, pois desde a colonização criou-se uma atmosfera de moralismo hipócrita com práticas altamente perversas.

Não havia bom senso por parte dos nossos colonizadores, por exemplo, ao explorar, também sexualmente, crianças, índias e mulheres negras e todos os escravizados, que sequer podiam repelir as ações de seus opressores. Só a partir da ética agostiniana¹⁴ veio o dualismo e a ideia maniqueísta trazida pelos jesuítas, o que amenizou, um pouco, a lascívia descontrolada que fora instalada no país tropical.

O Brasil, desde sua colonização, mantém um discurso muito moralista acerca da sexualidade, principalmente no que tange a sexualidade feminina. Só em meados dos anos 70 temos registros de primeiros trabalhos científicos sobre sexualidade. Educação sexual nas escolas era fadada a uma visão e discurso puramente biológico.

Nos anos 80, as escolas começaram a tratar sobre a temática da sexualidade, mas com intuítos normativos e controlados por instituições religiosas que seguiam em defesa do matrimônio e da família tradicional.

Não é à toa que hoje percebemos um *déjà vu* moralista nas escolas, e na sociedade brasileira em geral. Conseguimos romper com vários paradigmas sexuais ao longo da década de 90 até a primeira década do século XXI, mas vivemos um conflito moralista que vem atravancar uma luta por igualdade e equidade entre os gêneros. Visualizamos a laicidade posta à prova, e o direito ao conhecimento sendo cerceado a cada dia.

2.2. A moral cristã e a sexualidade na família.

Frente à luta pelo espaço social, pela identidade e autoafirmação do indivíduo no século XXI, deparamo-nos com um entrave de cunho religioso, de preservação das tradições comportamentais, principalmente, no que tange a sexualidade do sujeito. Para Kahhale (2000), "a sexualidade é um processo simbólico e histórico que expressa a constituição da identidade do sujeito, como

¹⁴ A ética agostiniana envolve o conceito de liberdade e o livre arbítrio da vontade. A proposta de Agostinho rompe com duas concepções de ética. A primeira é da filosofia grega em que a liberdade estava fundamentada em um telos político em que ser ética era ser virtuoso na observação ao ethos. A segunda ruptura é em relação ao maniqueísmo que propunha uma não liberdade, pois a natureza do homem é mal; além de ter uma visão dualística em que haveria segundo eles dois princípios eternos em oposição do bem e do mal constante entre dois deuses. <http://ministeriorazaoefe.webnode.com.br/products/a-etica-em-agostinho/>

ele vive a questão da intimidade (público versus privado), da significação das normas, da moral e da ética grupal (grupo no qual se insere)". É inegável a necessidade de aceitação social.

Julgamento de valores, preconceitos arraigados, fundamentalismo latente, como também debates enfurecidos diante de posições e opiniões contrárias. Tudo hoje passa a ser motivo para uma "guerra santa" em prol dos bons costumes. Mas costumes de quem? De quantos? São realmente bons? Até que ponto as pertenças religiosas interferem nas relações sociais e no modo de tratar as diferenças?

Por meio de proibições e consentimentos sobre quando, como e, sobretudo, com quem se pode fazer sexo, determina-se não apenas nossa sexualidade, mas com quem podemos nos conectar no plano mais pessoal, quem serão nossos filhos e netos. Significa determinar nossas circunstâncias, nossos parceiros e aliados, como viveremos por toda a vida. Desta forma, o sexo é frequentemente um fator-chave para como as religiões desejam que nos comportemos durante a existência inteira, de forma que conquistemos a salvação ou a redenção (ENDSJO, 2014, p.16).

A família sempre foi a personificação da engrenagem que regulamentava as alianças entre os indivíduos, outras famílias ou mesmo reinos, principalmente do período medieval até a modernidade. Tal costume era feito através de casamentos arranjados, nos quais os sentimentos entre os futuros cônjuges era o que menos importava. Mas esses arranjos não significavam a regulamentação da sexualidade, pois esta forma de controle era exercida pelo Estado e, conseqüentemente, pelo poder político da igreja católica.

O romantismo matrimonial¹⁵ só tomou forma no início do século XX, e com isso também houve a desfeita de alianças entre famílias, existindo cruzamentos de outras culturas, pensamentos e crenças. A exogamia é uma característica que marcou a família do século XX, trazendo outros sentidos às normas e valores para sexualidade.

Pensamos no Brasil e em nosso marco civilizatório, que nos envolve de inúmeros fatos, e nos indagamos o que era realmente pecado e o que não era.

¹⁵ O casamento feito a partir de sentimentos. As relações amorosas, ficavam restritas aos romances literários.

Isso porque alguns fatos documentados sobre a Companhia de Jesus muito assustam aos olhos modernos em pleno século XXI.

A Companhia de Jesus foi fundada por Santo Inácio de Loyola (1491-1556) com o intuito de desenvolver regras disciplinares que contribuísse para a vida religiosa e missões de evangelização. Essas missões foram uma reação da Igreja Católica contra a Reforma Protestante. A Companhia de Jesus pautava-se pela *Ratio Studiorum*, que significa a “Regra de Estudos” ou “Ordem de Estudos”, destacando o conhecimento do latim, das sagradas escrituras e de textos da tradição ocidental. O método em si é bastante caracterizado pela rigidez, trivial para a formação de missionários para o continente americano recém-descoberto.

[...] a inserção material da Companhia de Jesus no Novo Mundo e o combate na frente ideológica contrarreformista expunham os jesuítas à nova ordem que se instaurava e às novas ideias, o que não deixou de influenciar o comportamento político da congregação. Fosse por puro oportunismo político, pela defesa de interesses materiais da ordem religiosa ou pelo vislumbre da importância de algumas ideias novas, os padres da Companhia de Jesus revelaram maior tolerância política em relação aos adversários, o que não representava o tom dominante da Contrarreforma, principalmente da Inquisição. (Alves, 2005, p. 662).

A partir de documentos da Inquisição e da Companhia de Jesus, entendemos boa parte do comportamento sexual do brasileiro, visto de certo ponto como liberal. Diante dos dogmas católicos, sexo só é permitido dentro do matrimônio, para procriar, e proibido para os representantes da santa igreja, apesar de que alguns não fugiam das tentações.

Ronaldo Vainfas relata um fato, entre tantos outros, do comportamento pouco aceitável do Padre Frutuoso, vigário no Recôncavo da Bahia de Todos os Santos. Ele foi o primeiro a confessar que “fazia sacanas” no Brasil desde o tempo em que serviu na Madeira – a ilha, vale dizer. Estimou em cerca de 100 parceiros, “pouco mais ou menos”, o número de rapazes (sempre jovens) nos quais jogara “as punhetas”. Devem ter sido uns 200 ou 300.

O casamento era a melhor opção para a adequação dos padrões cristãos impostos, pois estaria contida a libido, na teoria, e garantiria a natalidade, sem que isso escandalizasse a santa instituição religiosa.

Assim como o budismo, o mandamento original do cristianismo em relação ao sexo não deixa dúvidas: deve-se preferencialmente evita-lo a toda prova. A imensa ênfase dedicada hoje ao casamento, e, por conseguinte ao sexo heterossexual pode facilmente nos levar a crer que o cristianismo sempre agiu assim. Mas não foi o caso. Ao examinar as origens do cristianismo, percebemos que o casamento heterossexual não era mais que uma tábua de salvação. [...] sexo heterossexual é, em outras palavras, algo que de preferência se deve passar sem. Caso não seja possível se controlar, é melhor então se casar, para que se possa praticar sexo de uma forma que não conduza diretamente à perdição. O casamento não é um objetivo em si, mas último recurso, um arranjo prático “para evitar a fornicção”¹⁶ (ENDSJO, 2014, p. 43-44).

A sacralização do casamento e a virgindade como santidade, formas valorativas promovidas pela igreja católica, foram aos poucos perdendo status na sociedade. Com isso, perde-se o controle e o poder institucionalizado.

Mesmo com maior liberdade na sexualidade do século XXI, muitos valores ainda são amparados pelos preceitos cristãos. Eles sobrevivem e são amplamente disseminados pelas famílias tradicionais.

No dia, porém, em que com todo o coração dissermos: "avante! também a nossa velha moral é coisa de comédia!" - teremos descoberto novas intrigas e possibilidades para o drama dionisíaco do "Destino da Alma"; e ele saberá utilizá-las, disso podemos ter certeza, ele, o grande, velho, eterno poeta comediógrafo da nossa existência! (NIETZSCHE, 2009, p.4).

Para se desvencilhar dessas amarras de moral, ainda que a sociedade e seu apanhado de regras anteceda o próprio indivíduo, a gama de valores a que somos submetidos precisa ser posta em uma única questão: que tem de valor nesses valores?

Nietzsche tem o seguinte posicionamento:

Para mim é claro, antes de tudo, que essa teoria busca e estabelece a fonte do conceito "bom" no lugar errado: o juízo "bom" não provém daqueles aos quais se fez o "bem"! Foram os "bons" mesmos, isto é, os nobres, poderosos, superiores em posição e pensamento, que sentiram e estabeleceram a si e a seus atos como bons, ou seja, de primeira ordem, em oposição a tudo que era baixo, de pensamento baixo, e vulgar e plebeu. Desse pathos da distância é que eles tomaram para si o direito de

¹⁶ I Coríntios 7:1

criar valores, cunhar nomes para os valores: que lhes importava a utilidade! (NIETZSCHE, 2009, p. 6).

Pensar em sexualidade no cristianismo, desde seu surgimento, é perceber duas fontes surgidas para formar seu senso moral. Uma é oriunda da tradição judaica, que está vinculada principalmente a ideia de procriação, criada por Deus (conforme narrativa bíblica do Antigo Testamento), mas também boa para outros fins. A segunda fonte é proveniente da filosofia grega, mais precisamente do estoicismo, justamente no qual teve início as bases éticas para o cristianismo primitivo, no rigor do “dever ser”.

O sexo para os estoicos está desvinculado de emoção, pois emoção (*pathos*) é desprovida de qualquer valor, comparada até a uma doença. As relações sexuais devem despir-se de qualquer emoção, pois se trata de um ato físico e instintivo e, portanto, menor que o espírito.

Mas quando tratamos do cristianismo, levamos em conta suas influências, pois ele contém caráter e preceitos historicamente híbridos.

E conhecido o discurso do apóstolo aos atenienses no Areópago, hoje inscrito em pedra ao sopé do Partenon, e que nos remete diretamente a conceitos estoicos. Nele - os Atos dos Apóstolos referem-se explicitamente a discussão de Paulo com "filósofos epicureus e estoicos" - para apresentar a nova religião, o pregador usa de todos os recursos para mostrá-la não como ruptura, mas como complemento e acabamento da teologia grega: Deus é apresentado como o "deus desconhecido", cujo único templo é o universo, da mesma forma como, para os estoicos, o logos habita o universo. Contudo, o intento de convencer os atenienses redonda em fracasso. Por isso, a seguir, Paulo muda radicalmente de discurso: "Destruirei a sabedoria dos sábios e aniquilarei a inteligência dos inteligentes... Porventura não tornou Deus louca a sabedoria deste mundo? ... os judeus pedem sinal, e os gregos buscam sabedoria. Mas nós pregamos a Cristo crucificado, que é escândalo para os judeus e loucura para os gregos" (1 Cor. 1,19-23). Pode-se verificar, portanto, que há, nos textos de Paulo, duas atitudes, mas sempre tendo em conta a cultura vigente em Atenas, assim como, depois, haverá quem lute para implantar o cristianismo apoiando-se na tradição estoica (e não naquela epicurista ou cética), ou rejeitando totalmente qualquer elemento da cultura greco-romana (Apud Selvino José Assmann, ESTOICISMO E HELENIZAÇÃO DO CRISTIANISMO, p.26).

O casamento monogâmico e a heterossexualidade não são processos naturais, mas surgem a partir da necessidade social de perpetuação da espécie, de códigos de moral construídos com o passar dos tempos. Também a

demonização da homossexualidade não é uma prática advinda com o surgimento do homem, pois diversas civilizações a praticavam sem reserva, como era o caso dos gregos.

O prazer sexual desprezava a definição do gênero. Segundo Catonné, "na Antiguidade, tem-se um apetite sexual que se satisfaz indistintamente com os dois sexos. O que importa não é uma identidade ou uma diferença de sexo, mas uma relação de afetividade ou de passividade" (1994, p. 38). Na Grécia antiga, a própria prostituição tinha sua função amparada e aprovada socialmente. Pela afirmação de Sólon¹⁷, "a função da prostituição era produzir a satisfação sexual dos mancebos, proteger a castidade das fêmeas e garantir a pureza da raça". Na prática, podemos dizer que:

À heterossexualidade cabe a formação do indivíduo físico. A homofilia encarrega-se do indivíduo social e cultural. O adulto jovem e ativo, após seu casamento, pode buscar o prazer com as mulheres ou com os rapazes, ou ainda com ambos. É uma questão de escolha guiada por um gosto pessoal. (CATTONÉ, 1994, p. 38).

Mesmo que o cristianismo ocidental traga um belo invólucro de moralidade, a sua própria constituição e origem trazem em si tradições de antigas culturas e práticas sexuais que não são condizentes com o discurso que se prega, mas a sua interpretação a partir das escrituras abre brechas para inúmeras interpretações. Tal número de leituras pode nos fazer presumir as prerrogativas que corroboram a existência de tantas denominações religiosas de base cristã.

Podemos, a partir de nosso legado histórico e biológico, compreender nos impulsos sexuais a nossa natureza conflitante em acatar, sem martírios, os códigos morais e padrões sociais impostos sobre nossas cabeças.

Podemos ter como referencial para essa imposição ao matrimônio, à heterossexualidade e às relações de conveniência o mito andrógino¹⁸, que de

¹⁷Governador de Atenas, nascido nesta cidade, histórico como legislador e como fundador da democracia e considerado um dos sete sábios da Grécia.

¹⁸ Faz parte do Mito Grego, narrado por Platão na obra "O Banquete". A narrativa relata que no início da raça humana, não havia dois sexos, mas três: homem, mulher e a união dos dois o Andrógino. E este último foi separado, morrendo aos poucos pela sua incompletude.

forma alegórica nos mostra um pouco do que nos tornamos. Na tentativa de resgate ao que antes já fomos, sofremos com as imposições, sendo cerceados da nossa felicidade.

Creio que encontrei um modo de permitir que os homens existam, mas domesticados, tornando-os mais fracos: cortarei cada um deles em duas partes, e assim obteremos essa dupla vantagem: ficarão mais fracos e mais úteis, por que serão mais numerosos para nos servir (PLATÃO, 1996, p. 190d).

E são essas as pessoas que vivem juntas toda a vida, sem conseguirem, aliás, explicar o que mutuamente esperam uma da outra; pois não parece ser o prazer dos sentidos a causa de tanto encanto em viver juntas. É evidente que a alma de cada uma deseja outra coisa que não conseguem dizer o que seja, que presentem e às vezes exprimem de maneira misteriosa (PLATÃO, 1996, p.192e).

A base para a constituição familiar deveria ser o amor. Segundo Vainfas, eram todos os homens que, fora do casamento, recusavam a castidade e os que, no seu interior, buscavam o prazer. O casamento foi elevado como altar sagrado para os prazeres com a finalidade de procriação, segundo a visão católica cristã.

Em muitas religiões ocidentais de base cristã, o sexo não é bem encarado. Ele ainda é visto como um mal. Talvez como o pecado com a chave para todos os outros pecados.

2. 3. Sexo, corpo e poder

Em toda história da humanidade, sexualidade e moralidade religiosa estão atreladas, com enfoque maior nas sociedades ocidentais. Essas orientam, reprimem e castram seus impulsos sexuais, mesmo em tempos modernos, a partir dos ensinamentos cristãos pregados e perpetuados pela família.

O problema é o seguinte: como se explica que, em uma sociedade como a nossa, a sexualidade não seja simplesmente aquilo que permita a reprodução da espécie, da família, dos indivíduos? Não seja simplesmente alguma coisa que dê prazer e gozo? Como é possível que ela tenha sido considerada como o lugar privilegiado em que nossa "verdade" profunda é lida, é dita? Pois o essencial é que, a partir do cristianismo, o Ocidente não parou de dizer "Para saber quem és, conheças teu sexo". O sexo sempre foi o núcleo onde se aloja, juntamente com o devir de nossa espécie, nossa "verdade" de sujeito humano (FOUCAULT, 1997, p. 127).

Ao passo que avançamos no autoconhecimento, mais nos libertamos de amarras e imposições, e isso, de uma forma bem ampla, ameaça as instituições que tentam, de todo modo, enquadrar-nos em novas formas de convívio e padrões já antes utilizados.

As religiões estão no topo das instituições de controle da sexualidade, justamente por se valerem do enigmático, do medo do desconhecido, da incerteza perante nossa finitude. Mas não vemos com bons olhos a intromissão de dogmas religiosos perante a função educativa de instruir, de educar, de levar o conhecimento sadio sobre o sexo, sobre nós enquanto impulsos, desejos e personas, pois o peso que esse tipo de ignorância causa traz consequências profundas em nossa psique, como também para nossa saúde física.

A institucionalização de controle da sexualidade busca assegurar um controle que favoreça a boa utilização desses impulsos do corpo em prol do capitalismo.

Para Foucault, “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõe limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 2004, p. 126). Ele é útil economicamente, com um conservadorismo pragmático para disciplinar o trabalhador. O trabalho do corpo é mantê-lo sobre domínio.

[...] anexou-se a irregularidade sexual à doença mental; a infância à velhice foi definida uma norma do desenvolvimento sexual e cuidadosamente caracterizados todos os desvios possíveis; organizaram-se controles pedagógicos e tratamentos médicos; em torno das mínimas fantasias, os moralistas e, também e sobretudo, os médicos, trouxeram à baila todo o vocabulário enfático de abominação. (FOUCAULT, 2000, p. 127).

O sexo e o desejo sexual precisam estar sob controle para o domínio institucional. É preciso manipular a conduta corpórea para finalidades dos organismos de poder. Podemos concluir que nossos desejos são sucumbidos a um condicionamento social, pois não fazemos o que queremos e quando queremos com o nosso corpo, pelo menos não sem as sanções sociais já estabelecidas. Dessa forma, fazemos o que podemos e quando podemos, subordinados a um sistema de regras.

[...] no anátamo-metafísico, cujas primeiras páginas haviam sido escritas por Descartes e que os médicos, os filósofos continuaram; o outro, constituído por um conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares e por processos empíricos e refletidos para controlar ou corrigir as operações do corpo. Dois registros bem distintos, pois tratavam-se ora de submissão e utilização, ora de funcionamento e explicação: corpo útil, corpo inteligível. E, entretanto, de uma ao outro, pontos de cruzamentos. [...] É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado. (FOUCAULT, 2000, p. 117-118).

O corpo humano é objeto manipulável das estruturas de poder com finalidades previamente definidas pelas instituições. O sexo o desvirtua de sua função social, e por isso deve ser mantido sob controle. É o corpo máquina, como mencionou Foucault (2000), corpo construído e moldado em enésimas possibilidades, servindo ao que possui poder sobre ele.

2. 4. Santo desejo desviante

Temos o costume de condenar e sacralizar as coisas, pessoas, atitudes, sentimentos, enfim, tudo que nos envolve. Nossa relação com o mundo sensível¹⁹ é imperfeita. Ainda que as instituições imponham que a vida em sociedade necessite das normatizações, pensá-las e repensá-las, como também modificá-las, se necessário for, é essencial para as relações humanas, como também para leveza da alma.

A finitude que nos é certa se contrapõe com a incerteza do que vem depois dessa vida, se houver outra vida. Porém, o medo da danação eterna é incutido através de diversas leituras religiosas e nos discursos de líderes religiosos.

Ter em perspectiva a relação entre sexo e cada religião em particular é importante para mantermos o foco nas fronteiras que delimitam o que é aceito e o que é rejeitado, o que é sagrado e o que é profano (ENDSJO, 2014, p. 12). Perspectivas conflitantes da alma, mergulhadas no mundo das incertezas, ao

¹⁹ O mundo sensível ou dos sentidos, é o mundo do qual não podemos ter senão um conhecimento aproximado ou imperfeito, Platão dizia que o mundo que conhecemos - aquele que podemos perceber ao nosso redor, com os cinco sentidos - não é o verdadeiro. Assim, ele, a realidade não está no que podemos ver, tocar, ouvir, perceber. A verdade está no mundo das ideias. Platão E A Distinção Entre O Mundo Sensível E O Mundo Das Ideias Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/platao-e-a-distincao-entre-o-mundo-sensivel-e-o-mundo-das-ideias/6969/>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

passo que alimentamos nossos anseios, nos martirizamos pelos julgamentos alheios.

A alma humana e seus confins, o complexo da experiência humana interior obtida até agora; a altura, a profundidade, as cotas da experiência, toda a estória da alma até agora e suas possibilidades ainda inexploradas; tudo isto é para o psicólogo nato e para quem ama a "grande caçada" — verdadeiro terreno predestinado. Mas quão frequente deve exclamar com desespero: "estou só, ai de mim, só nesta grande floresta, nesta floresta virgem!" e deseja ter uma centena de companheiros e de bons sabujos bem amestrados para encurralar sua presa, para desentocar a sua selvagem, a alma. (NIETZSCHE, 2001, p.57)

Sem reservas, podemos nos perceber nesse mundo, e, a partir das coisas que nos rodeiam, definir o que nos é sagrado e o que não é. Essa classificação tem a ver com nossa bagagem cultural e religiosa, a partir das nossas vivências e experiências, nossas relações. De acordo com Mircea Eliade:

Pode-se medir o precipício que separa as duas modalidades de experiência – sagrada e profana – lendo-se as descrições concernentes ao espaço sagrado e à construção ritual da morada humana, ou às diversas experiências religiosas do Tempo, ou às relações do homem religioso com a Natureza e o mundo dos utensílios, ou à consagração da própria vida humana, à sacralidade de que podem ser carregadas suas funções vitais (alimentação, sexualidade, trabalho etc.). Bastará lembrar no que se tornaram, para o homem moderno e a religioso, a cidade ou a casa, a Natureza, os utensílios ou o trabalho, para perceber claramente tudo o que o distingue de um homem pertencente às sociedades arcaicas ou mesmo de um camponês da Europa cristã. Para a consciência moderna, um ato fisiológico – a alimentação, a sexualidade etc. – não é, em suma, mais do que um fenômeno orgânico, qualquer que seja o número de tabus que ainda o envolva (que impõe, por exemplo, certas regras para “comer convenientemente” ou que interdiz um comportamento sexual que a moral social reprova). Mas para o “primitivo” um tal ato nunca é simplesmente fisiológico; é, ou pode tornar-se, um “sacramento”, quer dizer, uma comunhão com o sagrado (ELIADE, 2001, p.14).

É realmente necessária essa dicotomia de santo e mundano? Não há meio termo no mundo das almas confusas e cheias de incertezas? De forma não muito feliz, trouxeram-nos o código moral todo pronto e nem pudemos opinar, e sequer nos posicionar se o queríamos ou não. O amor e o prazer sempre na berlinda. Pensamos que esses possam até ser motivo de nossa decadência, mas duvidamos, pois eles são os maiores responsáveis por nossa humanização.

Entender a linha tênue entre amor e o desejo carnal, conduzido pela paixão. Decerto que não são coisas muito fáceis de serem compreendidas, quiçá serem definidas ou mesmo separadas. Os versos “amor é cristão, sexo é pagão”, contidos na letra da música de Rita Lee²⁰, expressa a postura maniqueísta sobre a coisa mundana que é o sexo e o possível mal ao qual ele pode nos levar. Isso ainda é reforçado em outro trecho da mesma música, ao dizer que “amor é divino e sexo é animal”. Remete-nos a ideia de que o amor nos eleva, é puro! Mas o sexo, ah... O sexo, esse nos inferioriza em nossa condição humana e nos equipara aos seres irracionais, que agem por instinto.

Mas o que há de mal nisso? A História está impregnada de discursos acerca do sexo, mas eles não necessariamente são de todo negativos. Eisler faz a seguinte leitura sobre esses discursos:

[...] nossos ancestrais exaltavam o sexo não apenas em relação ao nascimento e procriação, mas como a fonte misteriosa – e, neste sentido, mágica – tanto do prazer quanto da vida. [...] Os mitos e ritos eróticos pré-históricos não eram apenas expressões de alegria e gratidão pela dádiva da vida [...] mas também expressões de alegria e gratidão pelas dádivas do amor e do prazer – particularmente pelo mais intenso dos prazeres físicos, o prazer do sexo (EISLER, 1996, p. 81).

Transgredir decerto nos causa um fascínio, e não é de causar espanto que a censura ao tratar sobre sexo sempre ocupou posição de destaques nas diversas épocas da História humana e nas mais diversas culturas, como também é inegável a vontade de transgredir os limites da repressão imposta. E como disse Foucault, esse mutismo também é um discurso sobre o sexo, porém não aberto, às escondidas, em segredo. Para Gikovate (1993), a vida em sociedade sempre vai moldar e reprimir de alguma forma a sexualidade dos seus cidadãos.

[...] é uma experiência dos indivíduos singulares, mas suas referências, suas possibilidades e limites e suas estimulações e impedimentos estão nas relações sociais e na cultura; e é deste lugar que cada um retira os elementos para construir sua singularidade / identidade (KAHHALE, 2001, p. 184).

20 Música: AMOR e SEXO. Composição: Rita Lee/ Roberto de Carvalho/ Arnaldo Jabor.

Trazemos em nossa carga genética uma herança pesada de que o sexo é constrangedor, que este precisa ser reprimido, que nossa sexualidade precisa ser normatizada e aceita para os padrões da sociedade em que o indivíduo está inserido. O fato é que temos um dilema atualmente muito debatido, e se faz necessário o debate. Entre o prazer legítimo e imediato e a condenação subjetiva e hipotética trazida pelo sexo, há incontáveis discursos.

Toda moral é, em oposição ao *laissezaller*, uma espécie de tirania contra a "natureza" e também contra a "razão". Mas isto ainda não pode servir de objeção contra ela, se não fosse preciso inventar uma outra moral que decretasse que toda tirania e irracionalidade são ilícitas (NIETZSCHE, 2001, p.100).

Não houve época na História brasileira ou na História de qualquer outra sociedade em que não houvesse certos protocolos sobre o que tange sexualidade. Quando seremos capazes de deixar o Outro fazer o que bem lhe provém para sua vida, seus amores, seus prazeres? Podemos usar frases populares como lições de vida, “se lhe faz bem, e não faz mal a ninguém, que mal tem?” O *laissez-faire* para as relações pessoais se faz necessário.

Assim, a primeira lição parece ser que o modo apropriado de combater a demonização do Outro é subjetivá-lo, ouvir sua história, entender como ele percebe a situação – ou, como disse um partidário do diálogo no Oriente Médio: “O inimigo é alguém cuja história não ouvimos”²¹. Pondo em prática esse nobre lema de tolerância multicultural, as autoridades da Islândia impuseram recentemente uma forma inigualável de encenar essa subjetivação do Outro. Para combater a xenofobia crescente (resultado do número cada vez maior de trabalhadores imigrantes), assim como a intolerância sexual, elas organizaram as chamadas “bibliotecas vivas”: integrantes de minorias étnicas e sexuais (homossexuais, imigrantes do leste da Europa e negros) recebem uma família islandesa e simplesmente conversam com ela, explicando-lhe sua maneira de viver, suas práticas cotidianas, seus sonhos etc.; desse modo, o estrangeiro exótico, visto como uma ameaça a nossa maneira de viver, surge como alguém por quem podemos sentir empatia, que possui um mundo complexo próprio... (ZIZEK, 2011, p.27).

É intrigante pensar que, após tantas mudanças na sociedade, o sexo ainda seja algo relativamente complicado de tratar, constituindo assim um tema que se conversa com restrições de hora, local e faixa etária. Por mais moderna que seja

²¹Epígrafe de “Living Room Dialogues on the Middle East”, citado em Wendy Brown, *Regulating Aversion* (Princeton, Nova Jersey, Princeton University Press, 2006).

a sociedade, os cabarés, prostíbulos e estabelecimentos do gênero são confinados aos lugares mais escondidos, como se estivéssemos falando de algo tão horrendo que basta saber sobre sua prática para merecer não apenas repressão, mas a condenação social e, em linguagem religiosa, o fogo eterno.

Um tanto estranho é essa nossa sociedade e esse nosso tempo. Ora nos trouxeram as regras, ora lutamos para modifica-las, ora esbravejamos pelo retorno dos antigos códigos morais. Censuramos e somos censurados, condenamos e somos condenados. Por um tempo aceitamos o Outro, com o tempo o estranhamos. E o que é santo deixa de sê-lo, e o que é profano pode vir a ser santificado.

As escolas públicas, e dentro dela a juventude herdeira dos novos tempos, vêm enfrentando dificuldades no acesso ao conhecimento. Com isso, é percebido o emergir de antigos preceitos morais e de certo estranhamento com o que não é socialmente padronizado em nossa sociedade. A educação passa pela corrupção do saber e uma fragilização da laicidade, ao passo que a sociedade recebe o fruto deste mal. Grupos sociais que trabalham para romper preconceitos e a violência humana (oriunda da ignorância) enfrentam instituições sociais fortalecidas pela quebra de limites constitucionais.

3. ANÁLISE E METODOLOGIA ENTRE OS NÚCLEOS DE ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO DE PERNAMBUCO.

3.1 O corte da pesquisa

Nossa pesquisa foi realizada em duas Escolas de Referência em Ensino Médio - EREMs que compõem a rede pública estadual de ensino, localizadas no centro do Recife, mais precisamente nos bairros da Boa Vista e Santo Amaro, geridas pela GRE RECIFE NORTE – Gerência Regional de Educação Recife Norte, composta por um total de 77 unidades escolares, das quais 22 são EREMs e 3 escolas técnicas.

As escolas escolhidas como objetos de pesquisa foram: a EREM Sizenando Silveira e a EREM GP (Aurora). O fator primordial para as escolhas destas escolas se deu, principalmente, por suas localizações geográficas centrais, pois recebem estudantes de vários bairros e municípios de Pernambuco, promovendo maior diversidade para a amostra. Além disso, a EREM SS e a EREM GP fazem parte dos primeiros Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher, implantados nas escolas secundárias do Estado de Pernambuco.

São muitas as nuances acerca da discussão sobre gênero e sexualidade nas escolas, mas pouco se fala sobre os bastidores do silêncio imposto sobre o assunto. Para Foucault, "por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder." (FOUCAULT, 2009, p. 10)

De fato, o assunto "sexualidade" tem um papel de destaque e cautela na nossa sociedade, como também os ditames políticos que estabelecem suas normas e sanções; neste tema, a religião e seus dogmas orquestram os parâmetros normativos. E é nesse discurso acerca do que "agora pode" e o "agora não pode" que nos debruçaremos.

Avançamos no tempo e retroagimos no *modus operandi* das relações afetivas. A castração intelectual reverbera nas relações sociais, trazendo à tona comportamentos preconceituosos, para não dizer de ódio, entre as pessoas. No íntimo, essa aspereza comportamental humana, seja nos discursos ou nos atos, contém o tempero da repressão e da ignorância sobre seu corpo, impulsos e sua própria história.

3.2 Amostragem e metodologia

A pesquisa traz uma abordagem qualitativa e etnográfica, a partir de grupos focais²². Pesquisas nas Ciências Sociais têm, em sua maioria, um caráter qualitativo. Para Malhotra (2006, p.156), a pesquisa qualitativa “é uma metodologia de pesquisa não-estruturada e exploratória baseada em pequenas amostras que proporciona percepções e compreensão do contexto do problema”. Foi utilizado o método de entrevistas informais, de caráter exploratório, objetivando a coleta de dados relevantes para o estudo, proporcionando uma visão sistemática e aproximada do problema pesquisado.

Para Gil, a pesquisa é conceituada como um:

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. (...) A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos (...) ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados (GIL, 1999, p. 45).

Diante disso, utilizamos os núcleos de estudos de gênero e sexualidade como modelos de grupos focais. Para Oliveira e Freitas (1998), “os grupos focais possuem destaque nas pesquisas qualitativas porque propiciam riqueza e flexibilidade na coleta de dados [...]”. Podemos perceber melhor a importância

²²De origem anglo-saxônica, a técnica de grupo focal (GF) foi introduzida no final da década de 1940. Morgan (1997) define grupos focais como uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada das entrevistas grupais, que coleta informações por meio das interações grupais. Para Kitzinger (2000), o grupo focal é uma forma de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e na interação. Seu principal objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico (sugerido por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo) a partir de um grupo de participantes selecionados. Ele busca colher informações que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre um tema, produto ou serviços.

destes núcleos de estudos e seu funcionamento, principalmente no que tange a respeitabilidade entre estudantes, docentes e gestão, também perpassando para seu convívio social, fora dos muros da escola.

Tivemos um total de três Grupos Focais (GF) para coleta de dados necessários para uma pesquisa qualitativa, fato que ocorreu nos três núcleos entre as duas grandes EREMs escolhidas da GRE Recife Norte, e uma análise em evento ocorrido na sede da Secretaria da Mulher de Pernambuco. Além disso, foi realizada a análise de dados secundários levantados pela SecMulher-PE sobre algumas situações de outros núcleos espalhados por outras regiões do estado, evidenciando situações de tensões e resistências dentro do espaço escolar. Tal abordagem possibilitou a verificação do papel da escola para o exercício da liberdade religiosa e liberdade de gênero no espaço público laico.

Segundo Martins (2004, p. 87), quando trata da técnica de GF, o pesquisador “utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar”. Este tipo de técnica dá mais liberdade de expressão às pessoas entrevistadas, bem como uma melhor interação entre eles devido ao ambiente. Gatti (2012, p. 9) diz que, no uso da técnica do Grupo Focal, “há interesse não somente no que as pessoas pensam e expressam, mas também em como elas pensam e por que pensam”.

Gatti (2012) recomenda que o observador divida o processo de observação em três etapas, a saber: abertura - em que o observador se coloca de forma a registrar o mais fielmente possível todas as informações; o desenvolvimento - no qual o grupo começa a se posicionar frente ao tema a ser desenvolvido; e o fechamento - quando o grupo começa a formular uma síntese dos fenômenos ocorridos. Todas as falas foram mantidas, tal qual foram produzidas.

3.3 SecMulher, EREMs e núcleos de estudos: práticas e pretensões para uma sociedade de paz

O intuito deste capítulo, ou desta pesquisa, não é desvalorizar as instituições maiores quanto a seu modo de impor suas normas, mas sim o de levar à luz da flexibilidade e do respeito humano às diversidades, a partir de um

conhecimento da própria história da humanidade e do papel das instituições para toda e qualquer sociedade.

As relações que se estabelecem nas sociedades contemporâneas, e mais fortemente nas sociedades ocidentais, são absurdamente frágeis, velozmente passageiras, de característica fluida, “líquida”, como cita Zygmunt Bauman²³ em uma de suas mais recentes obras. Ele nos leva a observar a velocidade e evidente fragilidade nas relações humanas, trazendo à tona situações que poderiam e podem ser evitadas ou cuidadas a partir do conhecimento. Não há como evitar problemas decorrentes da curiosidade adolescente se não por uma boa base educacional, e este trato, este cuidado, só pode ser propiciado estreitando os laços afetivos entre a escola, a família e o jovem.

Castrar o acesso à informação numa fase de grande impulsão, como é a adolescência, seria algo próximo a fechar-lhes os olhos e fazê-los andar próximo ao precipício. E se as informações forem relacionadas ao sexo, cremos que, decerto, seria o mesmo que empurrá-los.

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2005, p. 238).

Com o estudo etnográfico, foi possível observar uma não padronização entre os núcleos, o que influencia nos resultados esperados por instâncias maiores devido a sua proposta refletir diretamente sobre os níveis de violência local. Essa não padronização está diretamente ligada ao modelo de gestão e ao corpo docente de cada escola.

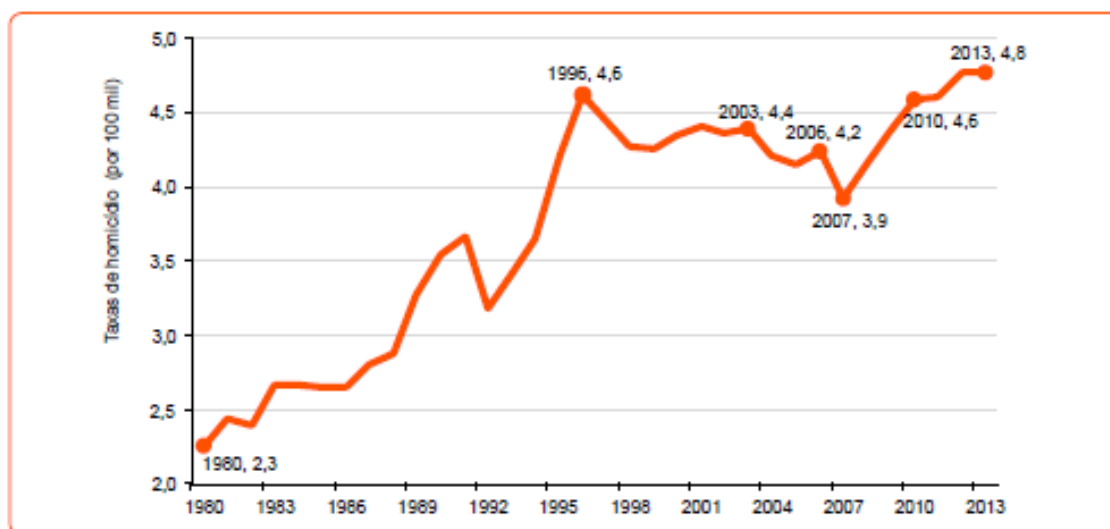
A história dos Núcleos de Estudos de Gênero e Sexualidade (NEGS), nas escolas públicas de Pernambuco, está entrelaçada com o Movimento de Mulheres, que surgiu em 2007 com a adoção de políticas públicas para o combate à violência de gênero, extremamente forte na época, quando a unidade federativa

²³ Zygmunt Bauman, relata em seu livro: *Modernidade Líquida* a efemeridade dos novos tempos, diz que “nada foi feito para durar”, as relações humanas estão cada vez mais passageiras, diante do imediatismo e individualismo, contido no novo social.

referida ocupava o 2º lugar entre os estados brasileiros em violência contra as mulheres em 2006.

Essa situação precisava de medidas urgentes para ser revertida, mas que também produzisse resultados em longo prazo para que o cenário de violência não retornasse. E isso só poderia ser alcançado através da educação, conscientizando as gerações mais jovens, e com a continuidade das políticas públicas e educacionais e das parcerias com as demais secretarias, todas engajadas para o problema da violência doméstica e a violência relacionada ao gênero e a sexualidade.

Quadro 01 - Evolução das taxas de homicídio de mulheres (por 100 mil). Brasil. 1980/2013.



Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil

Diante da crescente taxa de homicídios de mulheres, entrou em vigor, no ano de 2015, a Lei 13.104, que foi abordada inclusive no Enem do mesmo ano. Essa lei foi denominada de Lei do Feminicídio e configura toda a violência contra a mulher com agravante. Além disso, nos casos em que esta violência ocorra na presença dos filhos, ou estas mulheres estiverem grávidas, ou ainda forem menores de 18 anos, este crime toma status de hediondo.

A efetivação das políticas públicas de gênero faz parte de uma das grandes preocupações e desafios para a acentuada redução nos níveis de violência do nosso estado, fazendo com que estes NAGS sejam uma de suas melhores armas. Isso porque é na base educacional que formamos princípios éticos e morais para

uma postura adequada em sociedade, contribuindo para a equidade entre os sexos e o enfrentamento a violência contra as mulheres.

A concepção de uma sociedade patriarcal e machista dificulta uma mudança de mentalidade, banalizando um mal que deveria ser ojerizado pela humanidade. Esse é o caso da violência contra a mulher, e também contra homossexuais, transgêneros e todas as pessoas que, diante sua sexualidade, não se enquadrem nos padrões socialmente preestabelecidos. Tal violência é agravada por uma visão preconceituosa e estigmatizada, além de uma religiosidade fundamentalista ou dogmas religiosos distorcidos. Pode ser que esta forma de agir e pensar esteja pautada na sua perspectiva de realidade, diante da forma como foi educado, e esse é mais um ponto, pelo qual, uma educação comprometida com as relações sociais deve ser incentivada.

Será que a natureza da atividade de pensar, o hábito de examinar, refletir sobre qualquer acontecimento, poderia condicionar as pessoas a não fazer o mal? Estará entre os atributos da atividade do pensar, em sua natureza intrínseca, a possibilidade de evitar que se faça o mal? Ou será que podemos detectar uma das expressões do mal, qual seja, o mal banal como fruto do não exercício do pensar? (ARENDRT, 2008).

O não conhecimento da história humana, o ar de superioridade de uns perante os outros, o qualificarem como frágil, indefeso e defeituoso aquele que é diferente vem a perpetuar o modelo patológico nas relações humanas, algo que já deveria ter sido superado. Mas é iniciado, em sua maioria, na educação familiar e acentuado nos ensinamentos religiosos, isso em se tratando da sociedade ocidental e nas religiões cristãs. Nelas, a superioridade masculina ainda é disseminada e reafirmada com base, inclusive, em interpretações das escrituras sagradas.

Essas escrituras trazem em seu escopo um discurso que incide diretamente na época de seus escritos, mas a tradução e interpretação distorcida ou mal intencionadas consolidam uma postura machista e nociva ao nosso tempo. A mulher é o outro que se doa, que se submete, que se sujeita pelos filhos, pelo casamento, pela família, pela sociedade como um todo.

A divisão dos sexos é, com efeito, um dado biológico e não um momento da história humana. É no seio de um *mitsein*²⁴ original que sua oposição se formou e ela não a destruiu. O casal é uma unidade fundamental cujas metades se acham presas indissolúvelmente uma à outra: nenhum corte é possível na sociedade por sexos. Isso é que caracteriza fundamentalmente a mulher: ela é o Outro dentro de uma totalidade cujos dois termos são necessários um ao outro. (BEAUVOIR, 1970, p. 13)

Ainda que tentemos evitar um discurso de cunho feminista, é imprescindível questionar a posição que é colocada à mulher na sociedade, destacando que a partir dos dogmas cristãos esse discurso se legitima. Infelizmente, é através desse tipo de pensamento e de uma frágil laicidade que adentra nas escolas públicas. São dogmas religiosos nocivos às relações de respeito entre as diversidades existentes.

O homem nem sempre foi bruto. Nem a mulher submissa. Isso é construído socialmente e necessita das instituições que sustentem essa roupagem “ideal” de sociedade.

Na antropologia, temos encontrado pesquisas sobre civilizações primitivas, as quais descrevem situações em que as mulheres ainda aparecem como comandantes de tribos inteiras. São corajosas, fortes, independentes, dominadoras e de modo oposto a elas, educam os meninos para que estes sejam frágeis, dóceis dependentes, obedientes e submissos à mãe, irmã e esposa. Para tanto, as mulheres valem-se dos mistérios que envolvem a menstruação, procriação e maternidade, além de estimular a “inveja” que os homens sentem pela incapacidade de gerar filhos a ponto se considerarem defeituosos. Graças a essas características, alguns estudiosos inferem ter havido, no passado matriarcal, uma supremacia feminina com semelhanças ao que se define por patriarcado. (CABRAL, 1995, p. 59).

Podemos pressupor que muito desse comportamento se mantenha em nosso código genético, e parte do conflito humano esteja justamente aí. Isso é perceptível quando foi alterado drasticamente o modo comportamental de nossas relações devido a nós mesmos, pois criamos os mecanismos de enquadramentos sociais.

²⁴ *Mitsein* é uma palavra alemã, que na tradução literal significa “Ser-com”, essencialmente é um instrumento de doação para com o outro, no qual só se realiza desta forma. O doar-se e alegrar-se nisso, é conferido ou comparado ao Amor Cristão, a caridade que leva a salvação.

Impomos regras bem divergentes de nossa natureza primitiva²⁵ e passamos a viver uma dicotomia, mas com o agravante do peso social em nos comportarmos e até pensarmos diferente das regras já estabelecidas. Como Foucault narra em *Vigiar e Punir*, “criamos o poder e as práticas disciplinares para nos manter cautelosos e submissos. Tudo isso em prol do bom andamento e funcionamento da sociedade. A disciplina é um conjunto das minuciosas invenções técnicas que permitem ordenar a extensão útil das multiplicidades humanas e diminui os inconvenientes do poder.” (FOUCAULT, 2009, p. 206).

Este poder se aplica também aos corpos para deles tirarem um bom proveito, e em particular o proveito econômico. A ideia do panóptico²⁶ aplica-se perfeitamente a nossa sociedade, uma superpopulação, culturalmente diversificada e que precisa ser bem vigiada. Uma sociedade bastante coesa quanto a seus desejos fabricados e sujeitados as diversas instituições mantenedoras deste poder, como a família, a igreja, a escola.

Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida. Por referência às sociedades que conhecemos até o século XVIII, entraram em uma fase de regressão jurídica, as Constituições escritas no mundo inteiro a partir da Revolução Francesa, os Códigos redigidos e reformados, toda uma atividade legislativa permanente e ruidosa não devem iludir-nos: são formas que tornam aceitável um poder essencialmente normalizador. Foi a vida, muito mais do que o direito, que se tornou objeto das lutas políticas, ainda que estas últimas se formulem através de afirmações de direito. O “direito” à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o direito, acima de todas as opressões ou alienações de encontrar tudo o que se pode ser. (FOUCAULT, 2013, p. 158)

O controle institucional em nosso tipo de sociedade pede sutileza, de tal modo que não percebamos nosso comportamento cativo frente a sua dominação. Daí a necessidade de o poder ser visível e inverificável, construindo uma máquina

²⁵ Para Rousseau, a liberdade faz parte da natureza humana e, na disciplina natural das paixões nascem os verdadeiros valores morais: “O estado de natureza caracterizava-se pela suficiência do instinto, o estado de sociedade pela suficiência da razão” (ROUSSEAU, 1978, p. 247).

²⁶ Um panóptico é uma construção cujo design faz com que se consiga observar a totalidade da sua superfície interior a partir de um único ponto. Este tipo de estruturas, por conseguinte, facilita o controle daqueles que se encontram dentro do edifício. A criação deste desenho deve-se a Jeremy Bentham, um filósofo britânico que imaginou uma cadeia em que todos os reclusos estivessem sob o campo de visão do vigilante, sem que os presos soubessem que a observação era feita em todo o momento. <http://conceito.de/panoptico#ixzz4ZdpzLJct>. Acesso em 24/01/2017.

que, a partir dos mais diversos desejos, fabricasse efeitos homogêneos de poder. (FOUCAULT, 2009, p. 206).

O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetido a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles. (FOUCAULT, 2002, p. 35)

Por maior que seja o engajamento da SecMulher, SEDUC e NEGS no combate a intolerância e nas iniciativas que contribuam para uma política de paz, há uma limitação institucionalizada que nos impede de avançar, barreiras políticas e sociais que se levantam, causando morosidade no cumprimento das metas estabelecidas. No discurso, tudo se faz. Na prática, os entraves se multiplicam. Para Foucault, "(...) analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar um conjunto de regras, próprias da prática discursiva" (FOUCAULT, 1985, p.56).

Ainda que haja essa divisão de poderes institucionalizados, a manutenção da ordem e da não violência é de grande interesse social, pois garante o bom funcionamento da sociedade. Os valores arraigados na sociedade requerem trabalho árduo na mudança cultural e de mentalidades.

Não há como conceber mudanças reais contra a violência de gênero entranhada em nossa sociedade se não for por meio da educação. Romper com o machismo e a postura patriarcal demanda esforços imensos, além do engajamento por parte de diversos setores de poder institucionalizado, sendo este um dos principais motivos para a criação dos NEGS.

Atualmente são 156 núcleos nas escolas estaduais de ensino médio em Pernambuco, com mais 118 previstos para implantação no ano de 2016. Na região metropolitana, perfazem um total de 70 núcleos, em 35 escolas, distribuídos conforme tabela abaixo:

Quadro 02 – Escolas Estaduais da RMR, que possuem os núcleos.

Nº Ord.	EREM	MUNICÍPIO	REGIÃO	Qt. Participantes
01	Ginásio Pernambucano	Recife/ Rua da Aurora	RMR	02
02	Professor Trajano de Mendonça	Recife	RMR	02
03	Desembargador Renato Fonseca	Olinda	RMR	02
04	Augusto Pradines	Itamaracá	RMR	02
05	Padre Osmar Novaes	Paulista	RMR	02
06	Cabo de Santo Agostinho	Cabo	RMR	02
07	Conde Pereira Carneiro	São Lourenço	RMR	02
08	Frei Otto	Ipojuca	RMR	02
09	Augusto Severo	Jaboatão/Piedade	RMR	02
10	Antônio Souto Filho	Olinda	RMR	02
11	Professor Cândido Duarte	Recife	RMR	02
12	Santa Ana	Olinda	RMR	02
13	Sofrônio Portela	Moreno	RMR	02
14	Eurídice Cadaval	Itapissuma	RMR	02
15	Maria Vieira Muliterno	Abreu e Lima	RMR	02
16	Jordão Emerenciano	Recife/Ibura	RMR	02
17	Senador Paulo Guerra	Recife/Tejipió	RMR	02
18	Padre Francisco Carneiro	Olinda	RMR	02
19	EREM Beberibe	Recife	RMR	02
20	Nóbrega	Recife	RMR	02
21	Clóvis Bevilaqua	Recife	RMR	02
22	Othon Paraíso	Recife/Bongi	RMR	02
23	Carlos Frederico do Rego Maciel	Camargibe	RMR	02
24	Profª Moacir de Albuquerque Carvalho	Jaboatão	RMR	02
25	Porto Digital	Recife	RMR	02
26	Álvaro Lins	Recife	RMR	02
27	Pastor José Florêncio	Cabo	RMR	02
28	Ginásio Pernambucano	Recife/Cabugá	RMR	02
29	Santos Dumont	Recife	RMR	02
30	EREM Sizenando Silveira	Recife	RMR	02
31	EREM Joaquim Nabuco	Recife	RMR	02
32	EREM Silva Jardim	Recife	RMR	02
33	EREM Maria Gayão Pessoa Guerra	Araçoiaba	RMR	02
34	Escola Almirante Soares Dutra	Recife	RMR	02
35	Escola Técnica Estadual Alcides do Nascimento Lins	Camargibe	RMR	02
RMR Total: 35 escolas				70

Fonte: Centro de formação da Secretaria da Mulher e Sec. de Educação

Há conquistas efetuadas através dessas políticas públicas, pois, além da queda acentuada nos índices de violência contra as mulheres entre os anos de 2007 a 2015, o debate público que envolve essas temáticas passou a ocupar lugar de destaque na sociedade, contribuindo para a disseminação de uma cultura de paz e respeito diante da grande diversidade social.

Mas foi também a partir dessa visibilidade pública que alguns segmentos religiosos lançaram mão de seus debates acalorados e levantaram suas bandeiras para tomar parte dessas discussões. Na prerrogativa de querer decidir sobre o conteúdo pedagógico a ser utilizado por seus filhos, e de não concordar com certos temas, para que estes não corrompam os bons ensinamentos religiosos, várias instituições empunharam suas bandeiras e lançaram-se na defesa da “moral e dos bons costumes²⁷”, em prol da família tradicional cristã.

Como se não bastasse, outros temas entraram na berlinda para sofrer sanções por parte daqueles que se levantaram contra a pedagogia de gênero na escola. O racismo religioso passou também a configurar a pauta política, que chega até a nossa Assembleia Legislativa propondo mudanças na LDB e nos PCN's, retirando dos planos estaduais de educação as referências à identidade de gênero, diversidade e orientação sexual. Tal fato ocorreu em oito estados, incluindo Pernambuco.

Existe em muita gente, penso eu, um desejo semelhante de não ter de começar, um desejo de se encontrar, logo de entrada, do outro lado do discurso, sem ter de considerar do exterior o que ele poderia ter de singular, de terrível, talvez de maléfico. A essa aspiração tão comum, a instituição responde de modo irônico; pois que torna os começos solenes, cerca-os de um círculo de atenção e de silêncio, e lhes impõe formas ritualizadas, como para sinalizá-los à distância (FOUCAULT, 2009, p.6-7).

Há quem comece o discurso, mas sem o intuito de concluí-lo, o que não foi o caso da bancada religiosa que bradou contra o debate sobre as temáticas de gênero e sexualidade nas escolas, no qual foi usado o pretexto de: “o Brasil não está preparado para isso”. Essa foi uma afirmação do deputado e pastor Cleiton Collins, deputado estadual de PE, pelo PP, que foi autor da emenda que suprime as referências a “gênero, diversidade e orientação sexual”, depois de aprovar, por

²⁷ Grifo da autora

unanimidade, o projeto de lei (nº 269), do Poder Executivo, que define o programa de diretrizes e metas para o setor educacional nos próximos dez anos (2015-2025). Se na escola não podemos tratar de igualdade, respeitabilidade e tolerância, onde mais o faremos?

Pretende-se, dessa forma, recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. (LOURO, 1997, p.26)

Houve um evento em comemoração ao dia da visibilidade lésbica, no qual pudemos acompanhar a exibição do filme “Amor por Direito”. Ao final, ocorreu um debate acerca do filme e do funcionamento dos Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher, ao qual acompanhamos em um dos núcleos da EREM GP.

Percebemos entre as falas das técnicas pedagógicas da Secretaria da Mulher os desafios e resistências enfrentadas nas escolas em que funcionam determinados núcleos, o que, segundo o discurso da técnica da SecMulher, ocorre principalmente por motivos de dogmas religiosos. Para ela, não basta abrir os núcleos. É necessária formação constante com as e os docentes, de modo que os educadores responsáveis por estes espaços de debate tenham princípios laicos para conduzi-los e compreender a importância desses. Assim, haverá espaço para surgir uma sociedade digna, justa e respeitosa, que produza equidade entre os gêneros.

[...] Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc.). O que importa aqui considerar é que — tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade — as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível fixar um momento — seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade — que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja "assentada" ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação (LOURO, 1997, p. 31).

O que ocorre entre os núcleos, nessa falta de padronização pedagógica e da não obrigatoriedade na discussão temática que propõe a SecMulher-PE e a Seduc PE, é claramente um entrave para atingir a potencialidade dessa iniciativa. Existe um documento que pactua um acordo entre as partes envolvidas no funcionamento desses núcleos e na proposta de enfrentamento da violência de gênero e saúde da mulher (ver anexo 1), e que o Governo de Pernambuco trata como um problema que deve ser enfrentado de forma descentralizada e em parceria com a sociedade civil.

Mesmo com todo aparato legal entre o governo estadual, SecMulher-PE e a Seduc PE, ainda há caminhos bastante tortuosos e é na história de vida dos que estão na luta por direito ao respeito e ao tratamento digno e igualitário que a peleja não esmorece. No evento mencionado, temos a fala da técnica pedagógica-1 da SecMulher-PE, que também nos levou à reflexão sobre o preconceito ainda muito forte em nossa sociedade:

A gente trabalha com coisa pública e a gente costuma passar muito por momentos como esse, de fazer, debater e tal e assim como as meninas, eu já estou nessa peleja há muito tempo. Sou formada em psicologia e esse tipo de fala a gente faz muito e essa é a primeira vez, que eu vou fazer uma fala diferenciada que nunca aconteceu em momento nenhum, o momento é oportuno. Eu sou uma mulher lésbica, em (1999) eu tive uma relação de dez anos e a gente passou por muitas coisas que aconteceram nesse filme²⁸, na saúde que não aconteceu, graças as Deusas. Eu e minha companheira passamos por várias situações dessas aí, uma delas foi quando a gente decidiu comprar um apartamento financiado pela caixa e a gente não conseguiu porque a minha renda e a renda dela separada não eram suficientes para que a caixa aprovasse nosso crédito, a gente que não conseguia juntar as rendas, era impossível fazer isso, então a gente ficou vivendo de aluguel durante os dez anos que estávamos juntas. Não tinha uma política habitacional que pudesse comportar esse segmento da população, a gente pagava imposto, pagava condomínio, funcionava socialmente como qualquer outro casal, como qualquer outro ser humano e um outro momento que marcou muito assim que veio aí essa situação do filme foi quando minha companheira adoeceu e precisava ficar internada eu a levei pro hospital d'Ávila, ali na Torre, e eu fui proibida de ficar com ela no quarto e esse discurso existe mesmo, deu entrada na papelada ela ficou lá no quarto e eu fui proibida e fiquei na recepção a tarde

²⁸ Trata-se do filme: Amor por Direito ou Freeheld (Original), dirigido por Peter Sollett, com roteiro de Ron Nyswaner, ano de produção 2015, protagonizado por Ellen Page e Julianne Moore. Filme que narra um dos marcos mais tocantes na luta pela igualdade de direitos da comunidade LGBTT dos Estados Unidos é, sem dúvida, o caso de Laurel Hester contra a cidade de Ocean County, Nova Jersey, em 2005.

toda, só consegui entrar no quarto da minha companheira de dez anos quando eu acionei a família dela e o pai veio com a mãe e primeiro eles entraram e eu continuei na recepção sem conseguir entrar e foi preciso que o pai dela autorizasse a minha entrada no quarto dela.

A face do preconceito enrustido na sociedade se legitima a partir de normas internas, como foi o caso do hospital ao qual foi submetida a companheira da técnica da SecMulher, em que médico e corpo de funcionários precisou apenas recorrer às normas internas da Instituição de Saúde para impedir sua entrada e fortalecer o discurso da Família Tradicional Brasileira. É no cotidiano que as relações sociais reais afloram, divergem do discurso. Porém, é no discurso que o poder se legitima.

A homofobia, o medo voltado contra os/as homossexuais, pode se expressar ainda numa espécie de "terror em relação à perda do gênero", ou seja, no terror de não ser mais considerado como um homem ou uma mulher "reais" ou "autênticos/as" (LOURO, 1997, p. 28-29).

Podemos perceber que por mais que avancemos na tecnologia, no intelecto e no acesso à cultura, ainda pairamos nessa atmosfera provinciana e fadada ao preconceito descabido, sim, descabido exatamente por ser preconceito! Pois não dá para admitir que falte respeito e bom senso com o outro, principalmente vindo de profissionais com formação superior e que lidam com uma diversidade de pessoas diariamente. Pessoas de sexo diferentes, idades diferentes, formações diferentes, localidades diferentes, educação familiar e religiosa diferentes, problemas diferentes, mas que buscam tratamentos iguais. Tratamento não apenas profissional, mas tratamento humano igualitário e respeitoso.

Outra fala, produzida pela técnica pedagógica-2, traz à tona a influência que a religião ou a religiosidade toma nos espaços públicos, e o peso que esses dogmas produzem para acentuar a intolerância, a ignorância e o preconceito:

Vamos avaliar a quantidade de pessoas religiosas que estão na política e é importante a consciência do jovem ao votar, para os que vão votar, antigamente esse público religioso estava restrito a igreja, mas, hoje, estão tomando os espaços públicos e mexendo na legislação, deem uma olhada na câmara dos vereadores daqui. Qual foi o primeiro espaço que Marcos Feliciano quis entrar? Comissão de Direitos Humanos. Então eles estão adentrando justamente nos espaços que a gente pode avançar em termos de direitos, a gente precisa ficar atento em quem a gente vota. É importante também fazer política nas

escolas, na luta por direitos, isso é política também, fomentar debates. Saber é poder, quando você domina e sabe o que fala você tem poder, quando você não sabe nada de nada, seu discurso não vai influenciar. Você não tem argumentos. As igrejas começam a dominar os espaços políticos pela fragilidade educacional da sociedade.

Os núcleos possuem documentos necessários para o funcionamento dentro das escolas, mas, ainda que documentados, acabam enfrentando ainda uma resistência interna que, muitas vezes, esbarra nos dogmas religiosos pela própria instituição escolar. A técnica pedagógica-1 fez o seguinte relato:

Quando uma coisa está institucionalizada, como a gente viu no filme, fica difícil desfazer, enquanto é ainda um projeto de lei, é um papel, é vulnerável, do mesmo jeito que tá na polícia, tá no governo e pra gente também, então se está estabelecida a lei, então vamos lutar pra não deixar, está precisando, é importante e também tem a dificuldade de ter a formação do professor, é que nem o governo pensa, você faz um projeto de lei e não põe em prática, a mesma coisa no colégio, acham que não somos capazes, não somos capazes. É a sociedade que transforma as instituições e não o contrário, há uma necessidade e quando há uma necessidade se faz os ajustes, quem é o maior em número? Está na hora da escola ter mais autonomia nos projetos.

Nem tudo se mostra como realmente é, pois o projeto que objetiva em sua criação e funcionalidade o combate à violência e ao preconceito de gênero, sofre com as sanções internas e estruturais das instituições que as mantêm, velando o problema que o não-discurso revela.

O desejo diz: “Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo: gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz.” E a instituição responde: “Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém.” (FOUCAULT, 2009, p. 7)

Este conservadorismo que está envolvendo o Brasil é uma pauta que precisa ser contida, pois entre as consequências está o aumento da violência

contra as mulheres e os grupos LGBT, e não há como mudar esse cenário fora da educação.

O Brasil é o país onde mais se comete crime motivado pela homofobia, tornando-se recordista mundial em assassinatos de homossexuais, segundo dados da UNICEF. O risco de um homossexual ser assassinado no Brasil em 2011 era de 735% maior que nos Estados Unidos²⁹. E o nordeste brasileiro concentra 43% dos crimes homofóbicos em relação às outras regiões brasileiras.

No caso de crimes cometidos contra mulheres, a redução que vinha se estabelecendo desde 2007 voltou a crescer de forma demasiada. A criminalidade, incluindo assassinatos, em Pernambuco teve um crescente nos índices nos últimos três anos, e isso também reflete no aumento dos crimes de gênero. A vulnerabilidade nas ações de segurança, que visam proteger as vítimas de violência doméstica e sexual, não está sendo suficientes para frear a alta de feminicídio. As estatísticas da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS/PE) trazem um crescente nos números de feminicídio, conferidos desde o primeiro semestre de 2016³⁰.

A pressão de grupos conservadores, no Congresso e na sociedade brasileira como um todo, tem causado um transtorno para as políticas públicas inclusivas e um aumento no discurso de ódio que, frequentemente, observamos na mídia televisiva e nas redes sociais. O Brasil se mostra uma sociedade homofóbica, sexista e racista. E várias religiões contribuem para essa postura humanamente inaceitável. É necessário sair do binário homem/mulher, pensar além dos dogmas religiosos e entender, para pôr em prática, a laicidade do Estado.

²⁹ Dados disponíveis em: <https://fg.jusbrasil.com.br/noticias/2634335/mais-um-recorde-brasileiro-numero-de-assassinatos-de-homossexuais-cresce-31-no-brasil>. Acesso em 05 de abril de 2017.

³⁰ Dados disponíveis em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2016/07/13/junho-registra-numero-recorde-de-assassinatos-de-mulheres-em-pernambuco-244110.php>

3.4 EREM SS

Ao observarmos a Escola Sizenando Silveira, percebemos a discrepância com os dados oferecidos em tabela pela secretaria da Mulher e Secretaria de Educação, que informa a existência ali de dois núcleos, e na realidade só há um em funcionamento.

Fizemos uso de entrevistas não estruturadas para obter informações mais precisas da realidade desses espaços. Os nomes dos entrevistados são identificados pelas suas iniciais, para resguardá-los e por se tratar de menores. Este grupo focal é formado por 10 adolescentes, 8 com 17 anos e 2 com 16 anos, sendo 2 estudantes do sexo masculino e 8 do sexo feminino. Entretanto, no momento das entrevistas, apenas 7 estavam presentes, dois quais foram escolhidas 3 entrevistas. Os critérios para a escolha dos estudantes foram a diferenciação geográfica (a moradia dos mesmos), a pertença religiosa familiar e a peculiaridade das entrevistas.

De início, tentamos verificar um quadro que aponte para a laicidade da instituição de ensino público e a liberdade concedida a esses adolescentes diante de sua sexualidade. Além disso, procurou-se identificar se há alguma influência do pertencimento religioso próprio nela e na construção da identidade de gênero do adolescente. Mas ao passo que se ampliava a discussão, percebemos um cenário diferente do que pensávamos. A religião era posta de lado. Não a fé, mas a instituição religiosa, diante do conhecimento de si e de sua sexualidade. Isso acontecia ao passo que o autoconhecimento e ampliação da percepção de mundo, quanto as diferenças, a divindade e as relações sociais tomavam outra forma, bem mais respeitosa e empática para com o outro.

Quadro 03 - Núcleo do EREM Sizenando Silveira

POSIÇÃO RELIGIOSA	ESTUDANTES
Possuem religião	01
Participam da religião da família	00
Sem religião	06
Ateus	00
Faltosos	03
Total de estudantes	10
Percentual de frequência do núcleo	70%
Percentual de estudantes masculinos	29%

Percentual de estudantes femininas	71%
------------------------------------	-----

* Quadro produzido pela autora.

Tomando como referência o discurso em Foucault, a verdade é inexistente fora das relações de poder, podendo ocorrer uma verdade produzida, trazendo benesses aos que estão à frente de algumas instituições. Seguindo estes pensamentos, houve a necessidade de coletar os dados, a história destes atores sociais. Iniciamos a entrevista em grupo perguntando: quando começou a funcionar o núcleo de estudo de gênero e sexualidade no Sizenando Silveira?

O núcleo funciona há um ano e meio, antes eram oficinas, que depois acabou e ficou só o curso do núcleo de gênero e sexualidade (TG).

Em seguida, indagamos o principal motivo que os levou a escolher aquele núcleo de estudos, obtendo as seguintes respostas:

- Viviane³¹ é legal (RS);
- adquirir conhecimento(CR);
- Porque a professora queria debater esta temática, que não era debatida em lugar nenhum(EP);
- Eu fui mais pra debater sobre o feminismo, igualdade de gênero, campanha LGBT, todo esse negócio, mas, mas para aprender mesmo a falar sobre essas coisas (ME);
- no meu caso foi mais conhecimento, pra ver o que realmente tá acontecendo na área dos gêneros, no caso preconceito está acontecendo na LGBT e... circunstâncias, o que as mulheres pensam, o que realmente é feminismo, entre outras coisas. (TG).

Após os questionamentos, perguntamos sobre o pertencimento religioso de todas as pessoas entrevistadas, e nos surpreendemos em saber que entre os 7 entrevistados e entrevistadas, apenas 1 deles pertencia a uma religião, enquanto os demais se autodeclararam sem religião e/ou agnóstico, mas não ateus. Também foi percebido, em seus discursos, um alto grau de entendimento sobre seus papéis sociais, bem como uma forte empatia pela diversidade de gênero, o que veio a reforçar a importância destes núcleos como produtores de uma consciência respeitosa, além da própria escola como lugar de libertação. Afinal, é

³¹ Viviane Araújo é o nome da Professora de História, responsável pelo núcleo na escola.

nesse espaço em que adolescentes passam cerca de nove horas de seu dia e não reprimem suas vontades, no sentido de expressar seus desejos.

Analisando o discurso de um dos adolescentes, percebemos que têm início os conflitos dogmáticos, quando começam a ampliar seus conhecimentos e respeito às diferenças. Quando perguntamos a C.R, de 17 anos, que se declarou sem religião, mas não ateu, a religião de sua família, ele fez o seguinte relato:

- Minha mãe é católica. (+) assim (+) eu fazia parte de uma igreja, faz pouco tempo, faz uns 3 meses que saí de lá. (+) era uma igreja evangélica, a Verbo da vida. (+) Aí... depois de alguns debates, de alguns conceitos que eu acabei recebendo, eu resolvi sair, mas com muita dificuldade também, porque... assim, é... quando era na igreja, tínhamos muitas limitações, como todo mundo sabe, por exemplo essa da sexualidade, por exemplo, e eu acabei tendo uma noção de que eu não achava isso, e que eu..., e depois de um tempo que eu recebi essa noção, eu continuei na igreja, mas depois eu me senti um pouco deslocado, porque pra mim não fazia sentido, eu tá numa igreja seguindo uma coisa, mas não era aquilo 100%. Aí...eu acabei saindo, mas eu ainda acho umas coisas legais, outras não. Mas para ficar nesse meio a meio, eu não gosto não. Até minha fé eu acho meio confuso (risos).

Decerto que a adolescência, em si, é conflitante, mas o refletir sobre as questões sociais e os diversos sujeitos fazem do esclarecimento uma libertação e uma indignação às desigualdades e práticas cidadãs. Não quer dizer que apenas a reflexão e o contato com outro universo, por si só, cessem os conflitos particulares da juventude, mas é verificado o quão eficaz é essa reflexão e esse contato.

Uma sociedade igualitária prescinde de ideologias, mas nunca as sociedades clivadas por desigualdades sociais (a redundância é proposital) o farão. Nenhuma sociedade, creio eu, poderá dispensar as representações, verdadeiros veículos da interação social.

Enquanto se viver em uma sociedade ideológica, haverá sempre espaço para o achismo. A melhor maneira de não temer os esquemas patriarcais de pensamento consiste em lutar, de todas as formas possíveis, por uma sociedade menos injusta. Isto equivale a desenvolver uma práxis conforme a este objetivo, seja falando curto e grosso no banco, exigindo o cumprimento das leis ou trabalhando para mudá-las, e brigando com machistas de todos os naipes, trate-se de homens ou mulheres, de presidente

da Comissão de Justiça e Paz ou da República. (SAFFIOTTI, 2000, p. 74, 75).

Foi no discurso do único pertencente a uma religião do grupo que pudemos constatar a real mudança de postura dos jovens assistidos pelas políticas públicas sobre gênero e sexualidade. T G tem 17 anos e é evangélico da Assembleia de Deus. Ele proferiu o seguinte discurso:

Me converti à cerca de 3 meses, eu...como posso dizer? Eu era teísta, alguém que acredita em Deus na formação da ciência. Aí... me tornei evangélico porquê... por alguma razão estava perdido, e uma tia minha me levou na igreja evangélica Assembleia de Deus, eu senti alguma coisa por lá, e acabei ficando. Nenhum motivo especial mesmo, é um lugar bom de se estar, as pessoas são muito gentis, as pessoas sempre me acolheram com muita fé.

É assim, a igreja tem uma forma bem simples de pensar, que o homem foi feito para a mulher e a mulher para o homem.

Conceber o papel de cada gênero e sua individualidade é percebido através do discurso, o qual traz o pensamento muito próximo ao que já que disse Simone de Beauvoir, “O homem é pensável sem a mulher. Ela não, sem o homem. [...] A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela. [...] O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro”. (BEAUVOIR, 1949, p. 16) Ainda que os grupos e as instituições sociais absorvam-nos e controlem-nos, há sempre um quê de liberdade e transgressão em cada indivíduo, e este rege nosso caráter e nossa relação com as questões que são caras para cada um. Segundo Pêcheux, “face às interpretações sem margens nas quais o intérprete se coloca como um ponto absoluto, sem outro nem real, trata-se aí, para mim, de uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade” (PÊCHEUX, 1990, p. 57). E continua T.G, em seu discurso:

Eu discordo, não vou mentir, e continuo discordando, pois pra mim... se há amor na relação não importa o sexo. Se você quiser se envolver com um homem ou uma mulher, por mim ótimo! É uma escolha sua. Igreja nenhuma pode impor isso. Assim, eu não sigo todos os dogmas da igreja, mas como eu gosto muito da igreja que me acolheu, eu acabei ficando por lá, como eu falei.

Há necessidade de fazer parte de um grupo, e esta é intrínseca ao ser humano, pois socializar nos humaniza. Bem posto pelo adolescente, a fragilidade e o conflito particular pelo qual ele passava foi a maneira que o conduziu a participar de uma religião, mesmo não concordando com sua visão, suas

convicções religiosas perante a sexualidade humana. Congregar o fará também controlar o vocabulário e, assim, sentir-se mais aceito no grupo familiar.

Talvez tenha havido uma depuração — e bastante rigorosa — do vocabulário autorizado. Pode ser que se tenha codificado toda uma retórica da alusão e da metáfora. Novas regras de decência, sem dúvida alguma, filtraram as palavras: polícia dos enunciados. Controle também das enunciações: definiu-se de maneira muito mais estrita onde e quando não era possível falar dele; em que situações, entre quais locutores, e em que relações sociais; estabeleceram-se, assim, regiões, senão de silêncio absoluto, pelo menos de tato e discricção: entre pais e filhos, por exemplo, ou educadores e alunos, patrões e serviçais. É quase certo ter havido aí toda uma economia restritiva. Ela se integra nessa política da língua e da palavra — espontânea por um lado e deliberada por outro — que acompanhou as redistribuições sociais da época clássica (FOUCAULT, 2013, p. 19-20).

Entre as estudantes, houve o caso de E.P, 17 anos, que se declarou agnóstica. Perguntamos se ela sempre foi agnóstica e também toda sua família. E assim obtivemos a seguinte resposta:

A minha família toda por parte de pai é toda conservador ai vai pra católica, evangélico... Sei lá o que é aquilo ali, minha família nunca prendeu religião com ninguém, na verdade. Meu avô era pastor, mas ninguém nunca foi preso a religião nenhuma, e da minha mãe era a mesma coisa, era católica e virou espírita ai eu ia pros centros espíritas com ela, mas nunca se prendeu a nada. É pra falar sobre o que eu acredito? Não sou ateia, eu acredito em Jesus, Deus (+) Só não acredito que ele vá me punir por eu gostar de uma pessoa do mesmo sexo, por exemplo, dizem que ele pune né...? Mas ninguém sabe a real vontade dEle (+). Desde quando eu era pequena eu ia pra igreja batista com minha mãe e minha mãe é batista até hoje, mas de uns tempos pra cá eu vim descobrindo minha sexualidade e acabei deixando a igreja... Foi até um conflito muito grande com minha mãe (+) por causa disso. Mas hoje, é só não tocar no assunto. Meu pai é espírita, mas ele não vive mais com ela (+) é separado da minha mãe.

Foi observada uma demanda muito maior de estudantes do sexo feminino do que do sexo masculino nos núcleos, e, diante dos relatos obtidos, pudemos também perceber uma desvinculação com sua própria pertença religiosa ou com a de seus familiares, na medida em que despertam sobre sua sexualidade ou que buscam respostas racionais para seus conflitos em relação à rigidez religiosa. Há

também um ar de emancipação dessas meninas, que pela falta da objetividade religiosa³² buscam respostas para seus conflitos interiores em outras fontes de conhecimento.

As mulheres não admitem mais a dominação sexual masculina, e ambos os sexos devem lidar com as implicações deste fenômeno, afinal, a vida pessoal tornou-se um projeto aberto, criando novas demandas e novas ansiedades. (GIDDENS, 1992, p. 18)

As temáticas abordadas dentro do núcleo da referida escola versam, principalmente, sobre a igualdade de gênero; o respeito às diferenças; orientação sexual e sexualidade; saúde e métodos de prevenção; do empoderamento feminino; além de outros temas pertinentes a um bom desenvolvimento pessoal e social. Para isso, o espaço e a confiança depositada nos docentes à frente desses núcleos é o que possibilita uma boa orientação dos adolescentes, criando uma postura humana de maior respeito às diversidades.

[...] somos sujeitos de muitas identidades. Essas múltiplas identidades sociais podem ser provisoriamente, atraentes e depois, descartáveis. Podem ser rejeitadas e abandonadas. Os seres humanos são sujeitos de identidades transitórias e contingentes. Portanto, as identidades sexuais e de gênero, como todas as identidades sociais têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural, afirmado pelos teóricos e teorias culturais” (LOURO, 2000, p.12).

Entre os sete estudantes observados na EREM SS, apenas um possuía religião e os demais saíram de suas respectivas religiões ou deixaram de frequentar seus templos ou os de seus pais. Porém, nenhum deles se declarou ateu. Com isso, temos uma percepção de proximidade e empatia muito maior em relação ao outro, e um afastamento dos princípios religiosos que tendem a atribuir culpa às características humanas.

A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto de igualdade e diferença. Se não fossem

³²Primeiro, religiões constituem sistemas simbólicos com plausibilidades próprias. Segundo, do ponto de vista de um indivíduo religioso, a religião caracteriza-se como a afirmação subjetiva de que existe algo transcendental, algo extra -empírico, algo maior, mais fundamental ou mais poderoso do que a esfera que nos é imediatamente acessível através do instrumentário sensorial humano. Terceiro, religiões se compõem de várias dimensões: particularmente temos de pensar na dimensão da fé, na dimensão institucional, na dimensão ritualística, na dimensão da experiência religiosa e na dimensão ética. Quarto, religiões cumprem funções individuais e sociais. Elas dão sentido à vida, alimentam esperanças para o futuro próximo ou remoto, sentido esse que algumas vezes transcende o da vida atual, e com isso possui a potencialidade de compensar sofrimentos imediatos. (USARSKI, 2006, p. 125)

iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de todos os que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso e da ação para se fazerem entender. (ARENDR, 2005, p. 188).

Demonizar o sexo e as diversas formas de amor (que não o heterossexual e dentro do matrimônio) certamente é o que mais afasta a juventude de suas igrejas, tendo impacto direto sobre sua identidade pessoal e criando “crises de identidade” que interferem inteiramente sobre sua sexualidade, já que esta também perpassa pela formação social do sujeito.

3.5 EREM GP (Aurora)

As observações feitas nas escolas pesquisadas nos trouxeram algumas constatações: primeiro, que muitos jovens em conflito sobre sua sexualidade e pressionados pela pertença religiosa familiar, tendem a libertar-se entre os muros da escola, local onde passam a maior parte do dia, retornando a casa apenas no fim da tarde ou início da noite, tendo na escola seu local de libertação.

No EREM GP, onde há dois núcleos, sendo um voltado às turmas dos primeiros anos do ensino médio, são estudadas as questões de sexualidade e gênero por um viés biológico e cristão, seguindo a formação acadêmica e religiosa da professora a frente deste núcleo. Primeiro detalhe observado neste núcleo foi a pouca quantidade de estudantes dentro da sala: apenas 5 estudantes na primeira semana e 4 estudantes na segunda semana de visita.

Quadro 04 - Núcleo 01 da EREM GP (Aurora)

POSIÇÃO RELIGIOSA	ESTUDANTES
Possuem religião	00
Participam da religião da família	02
Sem religião	02
Ateus	00
Faltosos	11
Total de estudantes	15
Percentual de frequência do núcleo	27%
Percentual de estudantes masculinos	25%
Percentual de estudantes femininas	75%

* Quadro produzido pela autora.

Perguntamos para duas estudantes como eram os encontros no núcleo, duração e o que elas aprendem. A.B tem 15 anos e A.V tem 16 anos. Elas fizeram o seguinte relato, respectivamente:

São duas horas ela só falando sobre DST e mostrando fotos dos órgãos, por sinal umas fotos bem feias, porque alguns tinha presenças de algumas doenças. Ninguém prestava atenção, outros dormiam. A gente não aprendia nada. Acho q na visão dela (a professora), sexo era uma coisa incomum. Pois ela falava de um jeito que não transmitia tranquilidade para ninguém, dava até medo (risos). Algumas meninas faziam perguntas e ela nem sabia responder.

A professora dá aula de sexualidade em PROJETO DE VIDA (PD)³³, feitas de acordo com os planejamentos dela, estilo aula formal, raramente descontração sobre os assuntos postos. As aulas são baseadas em Gênero e sexualidade, mas parece mais aula de biologia. Normalmente falamos sobre o corpo em formação do homem e da mulher e seus desejos sexuais, acho que ela tinha um bloqueio sobre a realidade do sexo em si pra falar com a gente e se sente ofendida, às vezes, com algumas perguntas que a gente fazia. Daí raramente a gente frequentava, só quem é realmente alienado com medo de perder ponto no 1º ano.

Não existe uma padronização entre os núcleos, nem base única de conteúdo. Há propostas, mas tanto elas quanto as formas de trabalhá-las ficam a critério de cada professor, e nem sempre isso ocorre de forma que contribuam com o desenvolvimento do estudante. Muitas vezes, certos tabus permanecem intocáveis.

[...] é preciso reconhecer grandes planos no que poderíamos denominar a apropriação social dos discursos. Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que trazem consigo. (FOUCAULT, 1999, p. 43-44).

³³ Parte Diversificada, faz parte da grade de conteúdos transdisciplinar do currículo desta escola. São temas transversais que complementam a grade curricular, somando-se a carga horária docente e, é vivenciada pelos educandos e educandas como matéria-extra.

O segundo núcleo é voltado para as turmas dos segundos anos do ensino médio, com uma visão mais diversificada. Os temas abordados têm cunho sociológico, como as questões de gênero, igualdade e equidade de gênero, empoderamento feminino, saúde sexual e DST's, além de abordar questões que envolvam posturas diferenciadas, segundo a moral particular e a orientação religiosa de cada indivíduo, como aborto, virgindade, homossexualidade, entre outros.

A frequência fica acima de 15 estudantes e a turma é composta em ata por 20 estudantes, indicando baixa evasão.

Quadro 05 - Núcleo 02 da EREM Ginásio Pernambucano

POSIÇÃO RELIGIOSA	ESTUDANTES
Possuem religião	00
Participam da religião da família	03
Sem religião	11
Ateus	02
Faltosos	04
Total de estudantes	20
Percentual de frequência do núcleo	80%
Percentual de estudantes masculinos	50%
Percentual de estudantes femininas	50%

* Quadro produzido pela autora.

Durante o evento que ocorreu na SecMulher, sobre o dia da visibilidade lésbica, os estudantes do segundo núcleo da EREM GP participaram e tiveram a palavra para o debate. Entre essas falas, ressaltamos o pronunciamento da estudante V.A, de 16 anos, que expressou seu sentimento e empatia quanto a causa abordada no filme em questão:

Eu fico bastante mexida porquê... não falando assim no sentido politizado porque eu acho que é bem politizado esse meio, mas no ser humano mesmo porque eles estavam agindo sendo coordenados ,estavam coordenando politicamente, mas olhando dentro deles, agindo como ser humano, eles estavam negando como ser humano porque estava sendo uma coisa correta, mas eles tinham o poder e estavam coordenando do jeito que achavam, então eu acho bem importante que o segundo plano: trabalhar bem o ser humano pra essas coisas... Eu acho que falta muito ainda essa coisa de olhar pro outro e dizer: ela é igual a mim, não tem nada de diferente, não tem nada, ela é mesma coisa que eu, como se fosse um espelho.

Eu acho que eles não olham muito para o lado do bom senso deles não, eles se prendem muito por religião. Tanto que aquele homem falou assim: não, porque é a minha crença, como eles vão olhar para mim se eu aceitar e tal? Eu acho que tem que parar também de levar para o religioso, religião para mim é questão de querer, tipo acreditar, questão de bom senso, questão de razão, de parar e analisar o fato... porque para mim eles não olharam a questão de razão e só a questão de religião e questão de razão e religião em uma sociedade tem que ser dividida, antes de levar em consideração religião.

O posicionamento da adolescente mensura o quanto é importante o debate, a exposição de fatos que estão presentes em nosso cotidiano, mas que ainda há certo recato em abordá-los, ou falta segurança por parte de pais e professores. As consequências do silêncio podem ser a falta de empatia, uma postura preconceituosa, a perpetuação de uma postura doentia perante o outro, de modo que não adianta avançar, tecnológica e economicamente, se esse progresso não for traduzido para as relações pessoais. O estado de anomia ao qual caminhamos conseqüentemente nos levará a extinção.

[...] Em nome do medo da masturbação, foi instaurado na Europa do século XVIII, um controle sobre o corpo das crianças, uma vigilância, uma objetivação da sexualidade com uma perseguição dos corpos. Mas a sexualidade, tornando-se um objeto de preocupação e de análise, como alvo de vigilância e de controle, produzia ao mesmo tempo a intensificação dos desejos de cada um por seu próprio corpo. (FOUCAULT, 1997, p. 146-147)

A família precisa rever seu papel na criação dos filhos e filhas. A ideia machista e patriarcal precisa ser abolida. O sexo necessita ser discutido em casa. Esses jovens têm direito a uma orientação pra vida.

A família é para Morgan³⁴ um princípio ativo. Nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior à medida que a sociedade evolui de uma condição inferior para outra superior. (ENGELS, 2009, p. 45).

As igrejas têm papel essencial em todas as sociedades para uma mudança de postura. Mas, ao contrário, presenciamos um discurso retrógrado quanto à igualdade de gênero, como se a família precisasse permanecer com atitudes próximas a família hebraica do Velho Testamento, revelando um caráter

³⁴ Lewis Henry Morgan, foi um antropólogo, etnólogo e escritor norte-americano. Foi considerado um dos fundadores da antropologia moderna.

fundamentalista e ignorante de líderes religiosos. A nosso ver, tal atitude nada mais é do que pura hipocrisia na manutenção do poder.

[...] até 1860 não se pode falar em uma história da família. Nesse domínio, as ciências históricas ainda se encontravam sob a influência dos cinco livros de Moisés. A forma patriarcal da família, descrita nesses livros com pormenores não encontrados em outro lugar, era não somente aceita como a mais antiga, mas também era identificada – excetuando-se a poligamia – com a família burguesa de hoje, de modo que parecia a todos que a família não havia experimentado nenhuma evolução através da história. No máximo admitia-se que nos tempos primitivos pudesse ter havido um período de ausência de qualquer norma sexual. (ENGELS, 2009, p.18)

A ideia de pureza e monogamia é uma construção histórica, uma necessidade social e econômica. Ela é puramente atrelada a uma sociedade burguesa, reprimindo o sexo feminino. Nela foi criada essa ideia de mulher frágil e submissa.

Pode-se dizer que “A Igreja era a principal responsável por essa mentalidade. Alguns teólogos afirmavam que a mulher era uma prova da existência do Diabo e que era desprovida de alma, assim como os animais” (AUAD, 2003, p. 35). Não é à toa que as mulheres lutam por seu lugar de destaque. Afinal de contas, já ocupam esse lugar na economia. Há um aumento estrondoso de famílias monoparentais sustentadas apenas por mulheres, o que já demonstra a necessidade do fim da mentalidade machista.

A monogamia surgiu da concentração de grandes riquezas nas mesmas mãos de um homem e do desejo de transmitir essas riquezas, por herança, aos filhos desse homem, excluídos os filhos de qualquer outro. Para isso era necessária a monogamia da mulher, mas não do homem. (ENGELS, 2009, p. 96).

Entre as observações feitas com o segundo núcleo da EREM GP, fizemos uma rodada de temas para que os estudantes expressassem suas posições e falassem sobre sua pertença religiosa, família e sexualidade. Escolhemos alguns relatos para compor nossa pesquisa.

O primeiro relato é do estudante P.F., 18 anos:

A gente evita falar de religião, (+) algumas... de vez em quando, porque... a galera tem preconceito ainda com algumas religiões.

E... na escola, em especial. E não é medo, é falta de segurança no conhecimento. Já me senti intimidado em informar seu pertencimento religioso, várias vezes. Meus pais são do candomblé e eu também sou, foi por influência? Foi. Mas, no começo meus pais queriam que eu fosse cristão, porque não queriam que eu sofresse o preconceito que eles estavam sofrendo na época. Ai... eu frequentei a igreja, fiz catecismo, eu fugia do catecismo, eu não ficava... eu e minha irmã aí depois que eu completei uma certa idade e eles liberaram mais para eu frequentar e tal mas até então não tinha influência deles não. Eu já tive conflito com minha sexualidade, não conversei com meus pais sobre isso, mas depois que também defini sobre minha religiosidade, eu arrumei todo o resto em mim.

O segundo relato é do estudante V.L, de 17 anos:

Nunca me senti intimidado ao falar da minha religião. Eu era evangélico. Semana passada deixei de ser, é sério... "mai"... oh, tenho vários amigos que o pai é alguma coisa da igreja e diz que tem medo de sair da igreja porque o pai vai "dale" ou fazer alguma coisa. Eu estava na igreja por conta dos seus pais. Não era por me apegar não. Aí... cheguei em mainha, e eu falei: eu não tô fazendo uma coisa que eu gosto, se a senhora não me apoia tem quem me apoie...ai ela pegou e ficou de boa no começo... mas, depois ela ficou insistindo mandando eu ir pra igreja, essas coisas. Quando entrei aqui nesse colégio. É porque eu não queria mais seguir minha religião. Não paro de acreditar em bíblia, mas não quero mais ir à igreja.

O terceiro relato é do estudante J.H, de 16 anos:

Quando eu entrei aqui nessa escola não era tão normal assim quanto eu frequentava na particular... porque no particular todo mundo é tipo... só tem uma religião dita, cada um só tem uma sexualidade, o pessoal é todo "frescurite", ai quando cheguei aqui eu já comecei a perceber que cada um tem seu tipo de religião, sexualidade, tem o que ele gosta, tem o que ele não gosta, ai eu comecei a perceber que não é só minha religião...cristã...assim, católica... que pode ser envolvida porque quando eu cheguei aqui eu até cheguei a ser como as pessoas daqui são, tem algumas pessoas que são assim, tipo... as pessoas falam sou ateu ai a outra pessoa chega e fala: Você sabe que Deus existe, você não pode ser ateu, você não pode ser isso, mas é você que escolhe. Não é o que você quer, é o que a pessoa escolhe, ai foi quando eu comecei a perceber que não é tão assim aqui a religião católica, porque tipo, na religião católica é como as outras religiões, como se a católica tivesse no centro do mundo, pra eles, mesma coisa com evangélico, universal, tudinho é assim. Se você perceber a católica fala mal da universal e fala mal da evangélica, a evangélica fala mal da universal, fala mal da espírita e fala mal da católica, e a universal fala mal da católica e da espiritual. Mas, a única diferença entre as três é porque elas ditam cada palavra do senhor diferente. Pronto, a universal se você perceber não é nem preconceito, mas tudo que você fizer você tem que pagar, eu

sei porque a minha tia chegou a pagar dois mil reais para conseguir uma fé, uma fé não, para conseguir perdão de Deus, eles acreditam que pagando vão receber o perdão de Deus, mas isso não tem nada a ver, aqui nessa escola tem mais liberdade e eu percebi que não é só minha religião que está inclusa, existem várias em torno da minha. Do mesmo jeito que eu tenho a minha, aquele menino tem a dele. Aquele ser humaninho tem a dele também, então cada um tem a sua e tem que respeitar. Tipo, do mesmo jeito existe o assédio do homem em cima da mulher existe o assédio do gay em cima do hétero, pode crer, um erro não justifica o outro...precisamos respeitar todo mundo.

O universo escolar é demasiadamente complexo por abranger uma enorme diversidade de culturas, religiões e sexualidades. Não existe forma única de gerir um espaço tão diverso, mas certamente o ouvir e o respeitar ainda são a melhor forma de direcionar as demandas no interior das instituições educacionais.

Quadro 06 – Todos os Núcleos

POSIÇÃO RELIGIOSA	ESTUDANTES
Possuem religião	01
Participam da religião da família	05
Sem religião	19
Ateus	02
Faltosos	18*
Total de estudantes	45
Percentual de frequência dos núcleos	60%
Percentual de estudantes masculinos	41%
Percentual de estudantes femininas	59%

A escola integral, que é o foco da nossa pesquisa, possui já a característica de uma extensão do lar, pois são durante várias horas do dia que esses jovens ficam confinados, compartilhando segredos, anseios e problemas.

Observamos uma maior liberdade sobre suas sexualidades nesses espaços, e uma grande necessidade de falar sobre elas. Os núcleos de estudos de Gênero e sexualidade fazem parte de uma política pública que é uma contribuição imprescindível para se chegar a uma sociedade com menores números de violência, além de diminuir o número de suicídios³⁵ entre os jovens em conflito com sua sexualidade.

³⁵"Para a faixa etária de 15 a 29 anos, apenas acidentes de trânsito matam mais. E se você analisar as diferenças de gênero, o suicídio é a causa primária de mortes para mulheres neste grupo", diz

São muitos os motivos que cercam as questões que levam ao suicídio, mas o alto grau de jovens cometendo o ato, sem que seus pais tomem conhecimento do que está acontecendo, é um dado alarmante. A escola e docentes muitas vezes tomam ciência de problemas psicológicos com estes jovens, antes mesmo de suas famílias e, entre essas causas do conflito religião X família X sexualidade, esses são dados relevantes. O assunto suicídio foi levantado em um dos encontros do núcleo 2 da EREM GP e, um dos componentes, L.H de 17 anos, fez o seguinte relato:

Eu já pensei em suicídio em 2 momentos em minha vida, primeiro momento foi quando eu tinha 15 anos, que foi quando eu tentava me aceitar gay e isso era horrível para mim; segundo momento foi quando minha família descobriu sobre minha orientação sexual. O que me salvou foram as amizades da escola, principalmente da PD(núcleo), mesmo com muitas brigas foram elas que me salvaram. Hoje eu procuro pessoas que passaram pelo o que eu passei e tento ajudá-las de alguma forma.

O medo da não aceitação, o *bullying* dos colegas, a rotulação, enfim... a falta de orientação e de presença dos próprios pais, que diante da modernidade e da necessidade, incluindo as questões econômicas, própria de nossos tempos, tornam as relações cada vez mais frágeis, mais líquidas e, com isso, criam a sensação de abandono destes jovens. Isso em um momento de transição e muito delicado em suas vidas.

São esses padrões, códigos e regras a que podíamos nos conformar, que podíamos selecionar como pontos estáveis de orientação e pelos quais podíamos nos deixar depois guiar, que estão cada vez mais em falta. Isso não quer dizer que nossos contemporâneos sejam livres para construir seu modo de vida a partir do zero e segundo sua vontade, ou que não sejam mais dependentes da sociedade para obter as plantas e os materiais de construção. Mas quer dizer que estamos passando de uma era de 'grupos de referência' predeterminados a uma outra de 'comparação universal', em que o destino dos trabalhos de autoconstrução individual (...) não está dado de antemão, e tende a sofrer numerosa e profundas mudanças antes que esses trabalhos alcancem seu único fim genuíno: o fim da vida do indivíduo. (BAUMAN, 2001, p. 13).

à BBC Alexandra Fleischmann, especialista da OMS. O suicídio é um assunto complexo. Normalmente, não existe uma razão única que faz alguém decidir se matar. E o suicídio juvenil é ainda menos estudado e compreendido", diz Ruth Sunderland, diretora do ramo britânico da ONG Samaritanos, que se especializa na prevenção de suicídios. Mas há "gatilhos" que podem ser sutis como mudanças no ambiente familiar ou escolar, passando por crises de identidade sexual. http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150922_suicidio_jovens_fd

Estranhamente, os espaços públicos estão sendo invadidos por preceitos religiosos, fragilizando ainda mais a laicidade constitucionalmente garantida. Por motivos mais estapafúrdios possíveis, os espaços de debates estão sendo silenciados, quase que por imposição, medo da danação ou pura hipocrisia. E por essas restrições, o problema do “suicídio” envolvendo jovens e adolescentes se agrava, diminuindo consideravelmente o poder de uma instituição que tem o tempo e as ferramentas para encaminhá-los ou orientá-los para o acompanhamento profissional, evitando o fim trágico.

3.6. Alteridade, educação e sexualidade.

Ainda que percebamos certa liberdade no falar sobre sexo e na luta por igualdade e equidade entre os gêneros, isso se dá na mesma proporção da interdição e da censura. Ergue-se a bandeira da moral e dos bons costumes, a luta em prol da família tradicional, mas que nos bastidores podemos ver que escândalos se formam, a pedofilia é crescente, há aumento de DST's, abandono de crianças, além de infanticídio crescente, feminicídio, intolerância e o discurso de ódio a grupos minoritários.

É mister a humanização da forma de lidar com a sexualidade. Não há o que exigir do outro senão a empatia. Somos iguais nos direitos, mas nossas particularidades precisam ser preservadas e respeitadas. São novos papéis e espaços para homem e mulher na sociedade. Comportamentos sexuais não podem ser mantidos sob um padrão institucionalizado, muito menos estar sob a égide maniqueísta de qualquer religião. Na obra de Riane Eisler, “O prazer sagrado: sexo, mito e a política do corpo”, a autora descreve a partir de contribuições arqueológicas que há evidências de uma sociedade de parceria.

[...] há evidências consideráveis das escavações arqueológicas de que por milhares de anos mulheres e homens viviam em sociedades onde a norma, não apenas para as relações sexuais, mas para todas as relações – das entre pais e filhos até as entre seres humanos e a natureza –, não era a dominação e a exploração (EISLER, 1996, p. 15).

A imposição de comportamentos sociais padronizados, autorregulados, a buscar por imputar uma identidade ao indivíduo parece evidenciar um querer

brincar de ser Deus, ou pensar que o representa. É muita audácia humana brincar de julgar ou subjugar o outro. A moralidade é algo flexível. Sendo assim, deve ser vista por vários prismas. A família não é a mesma, e decerto que nunca mais será, pois haverá resistência.

[...] a palavra família não significa o ideal – mistura de sentimentalismo e dissensões domésticas – do filisteu de nossa época; – a princípio, entre os romanos, não se aplicava sequer ao par de cônjuges e aos seus filhos, mas somente aos escravos. Famulus quer dizer escravo doméstico e família é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem (ENGELS, 1997, p. 61).

Todo nosso trabalho é pautado no respeito que envolve a comunidade escolar, a família, as igrejas e o Estado. É fato que estamos muito distantes de um consenso, pois vislumbramos um período de muita turbulência no trato com o outro, e esse outro almeja participar igualmente da sociedade na qual vive e com a qual contribui.

A história mostrou-nos que os homens sempre detiveram todos os poderes concretos; desde os primeiros tempos do patriarcado, julgaram útil manter a mulher em estado de obediência; seus códigos estabeleceram-se contra ela; e assim foi como ela se constitui concretamente como o Outro. (BEAUVOIR, 1949, p. 207).

O jovem nas escolas de referência possui um espaço amplo de debate que pode ser positivo ou não para sua formação. Isso depende das bases pedagógicas que se instalam e assim, contribuem para reproduzir conhecimento ou paradigmas. “O eu toma todo o espaço e não dá possibilidade ao novo de se manifestar, e o outro, então, é percebido apenas para ser transformado no Mesmo, ou subjugado ao Mesmo” (SUSIN, 1984, p. 91). O fundamentalismo religioso se faz presente em todas as partes e isso não é diferente nas escolas.

Originalmente, na iconografia indiana, o sinal de infinito (∞) significava, aparentemente, a união sexual: dois tornando-se um. Composto de dois círculos, próximos um do outro – um no sentido dos ponteiros do relógio e o outro no sentido inverso, sem um ficar sobre o outro –, simbolizava a igualdade de mulheres e homens, em relação à totalidade ou ao infinito (EISLER, 1996, p. 42).

Questionar, desmontar verdades fabricadas é tão natural, quanto saudável na história da humanidade. A concretude que se esvai e a subjetividade que nos

acolhe, faz parte da nossa construção social. Não é na certeza que avançamos, são as dúvidas que nos levam além, “a subjetividade é fundada na ideia do infinito” (LÉVINAS, 2008, p. 12).

Nossos dogmas religiosos permanecerão, alguns sendo desconstruídos e outros reinventados, mas nunca podem ser maiores que o respeito e o amor ao próximo. Não será o “pseudosilêncio” que vai garantir a moral imposta pelas esferas institucionais. Nosso corpo nos impulsionará para a satisfação de suas vontades. Nossas bocas indagarão sobre o desconhecido. Velado ou não, o discurso sobre a sexualidade sempre se fará presente, na escola ou em outros lugares.

Isso significa perceber que o conhecimento reside na alteridade, na criação de espaços para o novo e mesmo para o desconcertante, incluindo-se aí tudo aquilo que escapa à procura racional: os afetos, as surpresas e, com eles, a sensação de uma angustiante incompletude. Como suportar o caráter por vezes corrosivo dessa dor? Talvez pela consciência – ou pela esperança – de que ela possa nos fazer provar as delícias de um criativo fazer sentido. (Souza, 2007, p. 198)

Temos no Outro, e no lidar com o Outro, a alteridade, e com ela a responsabilidade de resguardo, do amparo, nossa completude. Não há como estabelecer as relações educacionais sem a troca de conhecimento. O processo educativo é via de mão dupla, que se fortalece com o Outro e para o Outro. A sexualidade faz parte de conteúdos e aprendizado necessário para o desenvolvimento sadio do educando e educanda. Cercear o acesso a qualquer saber é motivo de dor, tanto para aquele que passa, como ao que recebe o conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Focando o contexto social e histórico da pesquisa, adentramos no íntimo e nas angústias de vários atores e atrizes sociais. Tentamos relacionar a vida intramuros das EREM's como utópico para muitos estudantes. A liberdade de discurso no ambiente escolar possibilita relacionar-se sem máscaras com seus pares, o que proporciona um desvelamento da sua psique, ainda que isto ocorra até o toque do fim de expediente escolar.

Foi preciso adentrar nas questões da laicidade, do Estado laico, para assim tratar dos espaços públicos, pois a liberdade religiosa e a liberdade sexual são bastante antagônicas. Isso porque, geralmente, quando uma ascende, a outra sofre certa castração. O Brasil, ainda que evolua em tecnologia e na economia, permanece ainda muito provinciano e hipócrita socialmente. A religião ganhou espaço no cenário político nos últimos tempos, o que já interfere diretamente sobre as políticas públicas, ferindo e fragilizando ainda mais a laicidade do País.

Um preconceito arraigado, de cunho religioso, impetra um discurso de ódio, machista e heteronormativo que já possui reflexo sobre o aumento da violência contra mulheres e comunidades LGBT. Estamos no retrocesso, pois as políticas públicas, como é o caso dos núcleos de estudos de Gênero e enfrentamento à violência contra mulheres realizados nos espaços educacionais, já sofrem vetos e modificações no plano de educação, decorrentes da força de uma bancada religiosa dentro das casas legislativas, sejam elas municipais, estaduais ou federais.

Na análise feita nas entrevistas e nas observações dos grupos, podemos perceber que boa parte dos sujeitos sociais em formação se distancia de suas orientações religiosas familiares, principalmente por divergirem de seus pontos doutrinários, especialmente no que tange a sexualidade. É acionado um dispositivo de silêncio para com a família e colegas das suas respectivas instituições religiosas, até o seu completo afastamento.

Não são os estudos sobre orientação sexual, gênero e sexualidade que causam o distanciamento religioso, mas percebemos que as normativas religiosas

suprimem sexualidades divergentes de seus dogmas, rotulando e excluindo todas as pessoas que não se enquadram nos padrões preestabelecidos. Isso acarreta o afastamento de todos e todas.

Há pontos que precisam ser amadurecidos diante da relação opressão religiosa X liberdade sexual, e as formas de atuação dos núcleos de estudos de gênero e sexualidade em sua parceria com a SecMulher. Procuramos problematizar questões como a pertença religiosa e a sexualidade de estudantes envolvidos nestes núcleos, com o espaço educacional e a posição religiosa familiar.

O caráter laico do espaço educacional público foi enfatizado, para assim perceber que, entre a proposta e a execução de políticas públicas, que refletem em respeito para uma sociedade harmônica e tolerante, temos que encarar espaços preconceituosos, posições religiosas contrárias e, muitas vezes, tratamentos hostis, para assim fazer valer uma pauta legal para a educação.

Com o espaço laico violado por medidas dogmáticas de uma bancada religiosa, temos como conclusão pontos que precisam ser mais explorados:

- a) A ideia de implantação dos núcleos nas escolas vem como estratégia para diminuir os níveis de violência contra a mulher e minorias marginalizadas, como a comunidade LGBT. Porém, percebemos que grupos religiosos têm legislado contra o estudo sobre sexualidade e gênero nas escolas. Temos nisso um dissenso, pois como é possível combater uma mentalidade machista, opressora e violenta, se a educação de base é impelida, justamente, por dogmas machistas que adentram espaços públicos?
- b) O espaço público é laico e defende o respeito e a tolerância em prol de uma sociedade justa e igualitária para todos os credos religiosos, bem como o não pertencimento a alguma religião. Mas, dentro das escolas públicas, o próprio corpo docente norteia os rumos das temáticas, baseando-se em seus princípios religiosos. Com isso, as funções da escola, no sentido de contemplar a diversidade, seja ela de que tipo for, não está sendo prejudicada?
- c) O ambiente de Ensino Integral tem como encargo ser um núcleo formador de jovens, que apoia integralmente seus projetos de vida, e aperfeiçoa o estudante

como pessoa, além de fomentar seu desenvolvimento e pleno exercício da cidadania, através de uma formação ética que contribua para a autonomia intelectual e o pensamento crítico. Nessa medida, a interferência dos legisladores políticos contraria tal política de ensino e fere a missão do ensino integral, além de prejudicar o desenvolvimento social do discente, bem como sua autonomia e pensamento crítico.

d) Há uma falta de padronização e formação comum nos núcleos de estudo de gênero e sexualidade. Este não seria um agravante para a condução de uma política pública de enfrentamento à violência e condução de uma sociedade de paz?

e) A religião faz parte das instituições de maior relevância para qualquer sociedade. Mas foi visto que na medida em que aumenta a liberdade de expressão, de pensamento e de sexualidade do adolescente, também aumenta a quantidade daqueles denominados “sem religião”, na intenção de não sofrerem julgamentos ou por não concordarem com sua visão perante questões relacionadas à sexualidade dos indivíduos.

f) O espaço escolar é acolhedor das diversidades, ainda que isto não pareça explícito. Nesse caso, a escola abrange, mesmo que de forma velada, liberdades em seu espaço interno, que são restritas a esses ambientes. Adolescentes passam a extravasar sua sexualidade e religiosidade perante seus pares, sem muito recato, pois se sentem livres para retirar as máscaras exigidas no mundo extramuros. Ainda que o ambiente escolar use de rígida disciplina para fins pedagógicos, os estudantes se valem de seus pares, colegas que compartilham seus medos e anseios, socializando seus conflitos e amenizando o fardo dos padrões exigidos por instituições de controle.

Por fim, a escola vem a socializar o adolescente, fazendo com que esse possa partilhar sobre sua sexualidade, longe dos olhos reguladores das religiões que, muitas vezes, são impostas pelos pais.

Manter duas contas nas redes sociais, como o *Facebook*, demonstra a necessidade de fazer parte de determinados grupos, mas manter as aparências em outros. São texturas de um mesmo discurso que se apresenta considerando

a conveniência do grupo ou instituição para qual se destina a fala ou a imagem. São formas muito utilizadas pelos jovens hoje para que não precisem justificar suas atitudes, principalmente, perante seus responsáveis, visto que o diálogo entre pais está cada vez mais difícil, seja pela correria diária ou pelo individualismo que nos é peculiar.

A escola não é lugar para abrigar subversões ou indisciplina doméstica, mas para educar e discutir pontos de relevância para a conscientização e melhor entendimento das questões relacionadas ao sexo, sexualidade e gênero. Para isso, a laicidade do espaço público, como a escola pública, precisa ser garantida.

Persistem questões que, em muitas igrejas, não são passadas de forma racional ou didática para seus jovens, resultando em situações drásticas para a vida dos adolescentes, como gravidez precoce, contaminação por DST's, conduta preconceituosa ou machista diante da diversidade sexual, gerando situação de violência e suicídio devido a conflitos de identidade de gênero.

O mutismo aparente nada mais é que uma forma de falar sobre sexo. Sem repressão, sem julgamentos, o discurso, ainda que velado, sempre se fará, mesmo que distante dos olhos daqueles que regulamentam o convívio social.

REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto Luiz. **Origens da escola moderna no Brasil: a contribuição jesuítica.** Educ. Soc., Campinas. v. 26, n. 91. 2005.

ARENDT, Hannah. **Compreender: formação, exílio e totalitarismo.** Belo Horizonte (BH): Companhia das Letras/Editora UFMG; 2008;

_____. **A Condição Humana.** Trad. Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

AUAD, Daniela. **Feminismo, que história é essa?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed 2001.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional.** 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BARBOSA, Rui. **Obras Completas**, Vol. 4. Tomo 1, O Papa e o Concílio. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1877.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo.** Tradução de Sérgio Miller. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BERGER, Peter. **O Dossel Sagrado.** 4. ed. São Paulo: Paulus, 2003.

A BÍBLIA SAGRADA. Traduzida em Português por João Ferreira de Almeida. Revista e Corrigida no Brasil. Ed. 1995 São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BUARQUE, Cristina. **Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs.** Recife: GT Gênero Plataforma de Contrapartes Novib / SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002.

CABRAL, Juçara Teresinha. **A sexualidade no mundo ocidental.** Editora Papyrus: Campinas, 1995.

CANOTILHO, Joaquim José. **Dogmática de direitos fundamentais e direito privado.** In: SARLET, Ingo Wolfgang. Constituição, Direitos fundamentais e direito privado. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

CASTRO, Elisiana Trilha. **Aqui jaz um cemitério**: a transferência do Cemitério Público de Florianópolis, 1923-1926. 2004. 86 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

CATONNÉ, J. P. **A sexualidade ontem e hoje**. Coleção Questões da nossa época. São Paulo: Cortez, 1994.

CATROGA, Fernando. **Entre deuses e césores**: secularização, laicidade e religião civil. 2. ed. Coimbra, Almedina, 2010.

EISLER, Riane. **O prazer sagrado**: sexo, mito e a política do corpo. Tradução de Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

_____. **O cálice e a espada**: nosso passado, nosso futuro. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2007.

El País. São Paulo: Grupo Prisa, jun. 2015. http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/11/politica/1434059650_940148.html acesso em: 03 de fev. de 2017.

ELIADE, M. **O Sagrado e o Profano**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2002.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à Pesquisa Qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

_____. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2014. v. I

_____. **História da Sexualidade**: Rio de Janeiro: Graal, 1984. Vol.II

_____. **História da Sexualidade**: o cuidado de si. São Paulo: Paz e Terra, 2014. v. III

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal. 2002.

_____. **A ordem do Discurso**. 18. Ed. São Paulo: Loyola, 2009

_____. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. 2. ed. Organização e seleção de texto, Manuel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

_____. **O governo de si e dos outros**. E. Martins Fontes. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: 2013.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis, Vozes, 2009.

GABATZ, Celso (2016). **O DESAFIO DA LAICIDADE DIANTE DO FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO NUMA SOCIEDADE MULTICULTURAL E PLURALISTA: PERSPECTIVAS, INTERLOCUÇÕES E DIÁLOGOS**. 2016: XIII Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. Acesso em 20 de jan. de 2017. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/15817/3716>.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GIDDENS, Anthony. **A Transformação da Intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: UNESP, 1993.

GIKOVATE, Flávio. **Namoro, Relação de Amor e Sexo**. São Paulo: Moderna, 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, IBGE, 2010, p. 1-215.

KAHHALE, E.M.P. Subsídios para reflexão sobre sexualidade na adolescência. In: BOCK, A. M. B; GONÇALVES, M. G. M; FURTADO, O. (Orgs.) **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica e psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001.

LAFER, Celso. Estado Laico. In: **Direitos Humanos, Democracia e República – Homenagem a Fábio Konder Comparato**. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2009.

LÉVINAS, Emmanuel. **Humanismo do outro homem**. Trad. de Pergentino S. Pivatto. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 2008.

LOCKE, John - **Carta sobre a tolerância**. Lisboa: Edições 70, 1987.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Gênero e magistério: identidade, história, representação. In: CATANI, Denice Barbara et al. (Org.). **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2000.

MACHADO, Jónatas E. M. **Estado Constitucional e Neutralidade Religiosa**. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2013.

MAFRA, Maria Clara. **Na Posse da Palavra**: religião, conversão e liberdade pessoal em dois contextos nacionais. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARIANO, R. **Expansão pentecostal no Brasil**: o caso da Igreja Universal. Estudos Avançados, v. 18,n. 52, 2004.

MARTINS, Rosilda Baron. **Metodologia científica**: como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos. Curitiba: Juruá, 2004.

MATOS, Alderi Souza de. **O Cemitério dos Protestantes de São Paulo**: Repouso dos Pioneiros Presbiterianos. Disponível em: Portal da Igreja Presbiteriana no Brasil. Acesso em: 21 jan. 2017.

MERTON, R. K. Os imperativos institucionais da ciência. In: DEUS, Jorge Dias de (Org.). **A crítica da ciência**: sociologia e ideologia da ciência. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

NE10. Jornal do Comércio, Pernambuco, 18 jun. 2015. <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2015/06/18/evangelicos-impoem-derrota-a-questao-de-genero-no-plano-estadual-de-educacao-186392.php>. Acesso em 17 de jan. 2017.

NIETZSCHE, F W. **ALÉM DO BEM E DO MAL**. Curitiba: HEMUS S.A, 2001.

_____. **A Genealogia da Moral**. Petrópolis: Vozes, 2009.

NOVAES, Regina Reys. “Crenças religiosas e concepções políticas: fronteiras e passagens”. In: FRIDMAN, Carlos (org.). **Política e cultura**: século XXI. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

OLIVEIRA, Mirian; FREITAS, Henrique M.R. Focus Group – pesquisa qualitativa: resgatando a teoria, instrumentalizando o seu planejamento. **Revista de Administração**, São Paulo. V. 33, n. 3, p. 83-91, julho/setembro, 1998.

PÊCHEUX, Michel. **O DISCURSO**: Estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes Editores, 1990.

PLATÃO. **Diálogos I**: Mênon, Banquete, Fedro. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

PIERUCCI, Antônio Flávio (1998), “Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 13(37), 43-73. DOI: 10.1590/S0102-69091998000200003

RIBEIRO, Elisa Antônia. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência**: olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG, n. 04, 2008.

RIBEIRO, M.O. A sexualidade segundo Michel Foucault: uma contribuição para a enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem USP**. v. 33, n. 4, p. 358-63, dez. 1999.

RIVERA, Dario Paulo Barrera. Fragmentação do sagrado e crise das tradições na pós-modernidade. In: TRASFERETTI, José (Org.). **Teologia na Pós-modernidade**. São Paulo, Paulinas, 2003. p. 437-464.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado. Crítica ao populismo católico**. 1. ed. São Paulo, Kairós, 1979.

ROUSSEAU. **Obras**. São Paulo: Abril Cultural, 1978, Col. Pensadores

SAFFIOTI, H. B. “Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?”, IN: **Crítica Marxista**. Nº11. São Paulo: Boitempo, 2000.

SANTOS, J. B. Entre o axé e o amém: a laicidade como lei, a intolerância como prática. In: VIII CONGRESSO NACIONAL DO ENSINO RELIGIOSO, 8. 2015, Recife/ PE. **Anais...** Organizado por Simone Riske-Koch; Josiane Crusaro e Ediana M. Finatto. Florianópolis: FONAPER, v. 8, 2016. P. 33-42.

_____. Conhecimento, respeito e liberdades nos núcleos de estudos de gênero e sexualidade das escolas de referência em pernambuco. In: III CONGRESSO NORDESTINO DE CIÊNCIAS DA RELIGIÃO E TEOLOGIA, 9. 2016, Recife / PE. **Anais...** Organizado por Newton Darwin de Andrade Cabral; Sylvana Maria Brandão de Aguiar. Recife: III CNCRT, v. 3. 2017.

SANTOS, Jonabio Barbosa dos; SANTOS, Morgana Sales da Costa. Família monoparental brasileira. **Revista Jurídica**, Brasília, n.92 out./2008 a jan./2009, p. 01-30. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/.../JonabioBarbosa_Rev92.pdf>. Acesso em: 8 de set. de 2016.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

SORIANO, Aldir Guedes. **Liberdade Religiosa no Direito Constitucional e Internacional**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

SUSIN, L. **O homem messiânico**. Uma introdução ao pensamento de Emmanuel Lévinas. São Leopoldo: EST; Petrópolis: Vozes, 1984.

TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. **Direito Civil v.5: direito de família**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011.

USARSKI, Frank. **Constituintes da Ciência da Religião**. São Paulo: Paulinas, 2006.

VAINFAS, Ronaldo. **TRÓPICO DOS PECADOS: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

WILSON, Bryan. The secularization thesis: Criticisms and rebuttals. In: LAERMANS, Rudy; WILSON, Bryan; BILLIET; Jaak. **Secularization and social integration**: papers in honor of Karel Dobbelaere. Leuven.:Leuven University Press, 1998. p. 45-65.

ZIZEK, Slavoj. **Em defesa das causas perdidas**. tradução Maria Beatriz de Medina. - São Paulo: Boitempo, 2011.

ANEXO



SECRETARIA DA MULHER

PROTOCOLO DE INTENÇÕES Nº 04/2015
QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE PERNAMBUCO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA MULHER E EREM GINÁSIO PERNAMBUCANO INTEGRAL.

O **ESTADO DE PERNAMBUCO** através da **SECRETARIA DA MULHER**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.601.781/0001-44, sito à Rua Cais do Apolo, nº 222, 4º e 5º Andar, Bairro do Recife, na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco. CEP 50.030-905, doravante denominada **PRIMEIRA PARTÍCIPE**, representada neste ato pela sua Secretária, Dra. **SILVIA MARIA CORDEIRO**, brasileira, solteira, médica, residente e domiciliada na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, portadora do CIC/MF nº 114.416.234-34 e CI nº 1.166.454 SDS/PE, nomeada através do Ato nº 631, de 02.02.2015, com publicação no DOE de 03.02.2015, de acordo com a Lei nº 15.452/2015, Decreto nº 41.432/2015, e demais normas atinentes à matéria, e **EREM GINÁSIO PERNAMBUCANO INTEGRAL**, inscrita no CNPJ sob nº 10.572.071/0035-61, com sede na Rua da Aurora, nº 703, Santo Amaro - Recife/PE, CEP nº 50050-000, neste ato representado pelo Gestor **AFONSO FEITOSA REIS FILHO**, portador da CI nº 3.215.577 SSP/PE e inscrito no CIC/MF sob o nº 475.984.924-68, doravante denominada simplesmente **SEGUNDA PARTÍCIPE**, resolvem firmar presente **PROTOCOLO DE INTENÇÕES** mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Protocolo de Intenções tem como objeto estabelecer um marco de cooperação mútua e facilitar a colaboração entre as partes para a criação, implantação e funcionamento de um Núcleo de Estudos e Formação em Gênero e Enfrentamento à Violência contra a Mulher no âmbito da **Segunda Partícipe**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO COMPROMISSO

Os subscritos do presente Protocolo de Intenções acordam reciprocamente de atuarem de maneira articulada e em parceria propiciando condições para a implantação e implementação, conforme as suas especificidades, de ações de formação, pesquisa e extensão, objetivando o desenvolvimento de práxis comprometidas com a transformação social a partir da promoção dos direitos da mulher e da igualdade entre os sexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES
I – DA PRIMEIRA PARTÍCIPE/ SECRETARIA DA MULHER

- a) Prestar assessoria técnica durante o período de elaboração do projeto e implantação do Núcleo;
- b) Promover formação sobre as questões de gênero, raça/etnia e enfrentamento à violência contra a mulher, para as participantes do Núcleo;
- c) Acompanhar as atividades desenvolvidas pelo Núcleo;
- d) Disponibilizar materiais de divulgação das ações e campanhas e publicações da Secretaria da Mulher, contribuindo com o acervo do Núcleo.

SECRETARIA DA MULHER DE PERNAMBUCO

Cais do Apolo, 222, 5º andar- Bairro do Recife- Recife/PE - CEP: 50030-905
 Endereços eletrônicos: secmulher@secmulher.pe.gov.br - http://www.secmulher.pe.gov.br
 Telefones: +55.81.3183 2950/ 3183.2990
 Central de Teleatendimento Cidadã Pernambucana - 24h (0800.281.8187)

SECRETARIA DA MULHER



e) Participar de eventos promovidos pela **Segunda Participe**, que estejam em consonância com a missão e os objetivos da **Secretaria da Mulher do Governo de Pernambuco**.

II – DA SEGUNDA PARTÍCIPE/EREM GINÁSIO PERNAMBUCANO INTEGRAL

- a) Formular o projeto de criação do Núcleo, contemplando a participação efetiva do corpo docente e do coletivo dos/as estudantes, em consonância com o seu regimento;
- b) Implantar o Núcleo e promover as condições necessárias ao seu funcionamento e desenvolvimento de suas ações;
- c) Elaborar Plano de Trabalho Anual do Núcleo e garantir a sua inserção no Planejamento Anual, no âmbito das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- d) Buscar construir um acervo especializado em gênero, no âmbito de sua biblioteca;
- e) Disponibilizar espaço físico adequado em horários diurno, para realização de cursos, palestras, seminários e eventos relativos aos direitos das mulheres, igualdade de gênero e enfrentamento à violência contra a mulher;
- f) Indicar um (a) educador/educadora responsável pela articulação entre as partes;
- g) Participar efetivamente do **Prêmio Naide Teodósio de Estudos de Gênero, garantindo a inscrição de trabalhos do corpo docente e discente**.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente protocolo terá prazo de 03(três) anos, com vigência a partir da assinatura pelas partes, podendo ser prorrogado, mediante celebração de termo aditivo, por acordo entre os partícipes, observada a legislação aplicável.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Protocolo de Intenções não envolve transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

PARÁGRAFO ÚNICO - As dotações ou destinações de verbas específicas por demandas ou projetos que venham a ser objeto de negociação entre as partes, serão devidamente processadas na forma da lei, sempre por instrumento próprio.

CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO

As alterações porventura necessárias serão efetuadas durante a vigência deste Instrumento, mediante aditamento, desde que previamente acordadas entre os partícipes e que não impliquem em modificações do objeto previsto na Cláusula Primeira deste Protocolo de Intenções.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O Presente Protocolo poderá ser denunciado por iniciativa de qualquer partícipe, mediante a troca de avisos, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ou rescindido por descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, assumindo cada partícipe os respectivos ônus decorrentes das obrigações acordadas.

PARÁGRAFO ÚNICO - As partes farão todo o possível para chegarem a uma solução amistosa de qualquer controvérsia, desacordo ou reclamação, surgidos durante a vigência do presente Protocolo. No caso de não se chegar a uma conciliação, serão adotadas medidas que convenham às partes.

SECRETARIA DA MULHER DE PERNAMBUCO

Cais do Apolo, 222, 5º andar- Bairro do Recife- Recife/PE - CEP: 50030-905
 Endereços eletrônicos: secmulher@secmulher.pe.gov.br - http://www.secmulher.pe.gov.br
 Telefones: +55.81.3183.2950/ 3183.2990
 Central de Teleatendimento Cidadã Pernambucana - 24h (0800.281.8187)

SECRETARIA DA MULHER

GOVERNO DO ESTADO
Pernambuco
JUNTOS, FAZEMOS MAIS.**CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO**

O presente instrumento será publicado, em extrato, no Diário Oficial do Estado, às expensas da Secretaria da Mulher, em conformidade com o parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666/93.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos legais.

Recife, 24, de novembro de 2015.

GOVERNO DE PERNAMBUCO/SECRETARIA DA MULHER
PRIMEIRA PARTÍCIPE

EREM GINASIO PERNAMBUCANO INTEGRAL
SEGUNDA PARTÍCIPE

SECRETARIA DA MULHER DE PERNAMBUCO

Cais do Apolo, 222, 5º andar- Bairro do Recife- Recife/PE - CEP: 50030-905
Endereços eletrônicos: secmulher@secmulher.pe.gov.br - <http://www.secmulher.pe.gov.br>
Telefones: +55.81.3183 2950/ 3183.2990
Central de Atendimento Cidadã Pernambucana - 24h (0800.281.8187)